



PDT

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

**DIRETRIZES
PARA UMA
ESTRATÉGIA NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
PARA O BRASIL**



COLIGAÇÃO BRASIL SOBERANO

Esse não é o nosso Programa de Governo. São as diretrizes que vamos discutir com a sociedade. Elas serão discutidas e aperfeiçoadas com a participação de toda a sociedade brasileira e suas muitas instituições representativas ao longo da campanha eleitoral. O que alinhavamos a seguir, com o objetivo de iniciarmos o debate, são diretrizes gerais, ideias e passos que consideramos fundamentais para fazer do nosso Brasil um país verdadeiramente justo, solidário, unido, forte e soberano. Portanto, certamente haverá, num país de tantas complexidades, omissões, incompletudes e até ideias que deverão ser substituídas pelo aperfeiçoamento que alcançaremos durante essa campanha.

No mês de junho de 2018, o Brasil tinha 13 milhões de desempregados, segundo o IBGE; este, por si só, já é um número desolador, mas se computarmos também aqueles que gostariam de trabalhar mais horas ou não procuraram emprego porque desistiram de fazê-lo, chegamos a um em cada quatro brasileiros e brasileiras, dos que compõem a força de trabalho, no primeiro trimestre de 2018. É um número que impressiona. Aqueles que obtiveram alguma forma de ocupação, conseguiram de forma mais precária, isso é, sem carteira ou por conta-própria, e em atividades nas quais a remuneração é menor. Mas tão ruim quanto isso é saber que 28% das pessoas entre 18 e 24 anos não estudavam nem trabalhavam em 2017; na faixa entre 25 e 29 anos, esse percentual era de 25%. É uma parcela significativa de uma geração fora do sistema educacional e do mercado de trabalho.

Consumidores e empresas também estão com elevado nível de endividamento; 63 milhões de consumidores estavam inadimplentes no primeiro semestre de 2018, segundo o Serviço de Proteção ao Crédito, e 5,5 milhões de micro e pequenas empresas estavam na mesma situação em fevereiro de 2018, segundo a Serasa, o que representava 22% das empresas desse porte. As margens de lucro das empresas caíram com a crise nos últimos anos, e a disposição para o setor privado investir e gerar mais empregos segue muito baixa.

Não há como ficar feliz nessa situação; não é à toa que a população está desgostosa com os governantes. Mas há meios, sim, para mudar essa situação para melhor; entretanto, é preciso coragem, determinação e crença na dedicação e capacidade de superação dos brasileiros. E nós vamos mostrar, com estas diretrizes para o programa de governo, que é possível para o brasileiro resgatar a sua dignidade. Temos razões para a esperança. Nosso traço nacional mais importante é a vitalidade: uma vitalidade sem medida, assombrosa, anárquica e quase cega. O Brasil tem o recurso mais importante: uma cultura empreendedora amplamente difundida no país, inclusive e sobretudo entre pequenas e médias empresas. Trabalharemos para dar a este empreendedorismo vibrante, porém desequipado de braços, asas e olhos. Inclusive ajudando esse imenso contingente de pessoas e famílias a reduzir seu atual endividamento.

Essas são as diretrizes para um programa de governo elaborado por quem e para quem deseja ver o país novamente crescer, produzindo com dignidade e soberania. Observamos diariamente que o povo brasileiro está sofrendo há tempos; que a crise econômica e política aumentou o desemprego e piorou as condições de vida da população. Mas, reforçando o que já foi dito, essa situação não é eterna; há muito espaço para recuperar a dignidade e a qualidade de vida de nossa população, e as oportunidades são inúmeras em um país que já cresceu muito no passado. Para isso, é importante que tenhamos coragem para ser feito o que é necessário: priorizar quem trabalha e produz, buscando a geração de empregos e a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos, e defender a soberania e os interesses brasileiros. Vamos propor políticas e oportunidades para criar e manter empregos para uma população em idade de trabalhar, que chegou a 169 milhões de pessoas em junho deste ano.

Para atingirmos esses objetivos, estamos propondo uma estratégia nacional de desenvolvimento. É estratégia porque é desenhada para o longo prazo, tem objetivos claros, sabemos onde queremos chegar, e incluirá metas ao longo do tempo, ainda que não estejam detalhadas neste programa inicial; é nacional porque defenderá os interesses do país, do povo brasileiro, junto aos outros países, e buscará fortalecer a produção local, visando o atendimento ao mercado interno ou externo, de forma a gerar bons empregos para a nossa população; é de desenvolvimento porque visa o crescimento a partir da modernização de nossa estrutura produtiva, de forma sustentável, com a incorporação de pessoas ao mercado de trabalho, que serão qualificadas através de boas políticas de educação, saúde e relacionadas às demais condições de vida, e visará reduzir a pobreza e melhorar a distribuição da renda e da riqueza no país. Essa estratégia deverá, como sempre demonstrou a história, ser implementada sempre pela ação complementar dos setores público e privado.

Para isso, é preciso, primeiro, colocar a casa em ordem e, ao mesmo tempo, recuperar a capacidade do setor produtivo para gerar empregos. Arrumar a casa significa o governo fazer o chamado ajuste macroeconômico, equilibrando as finanças públicas e reduzindo paulatinamente a participação de sua dívida no PIB do país, o que fortalecerá a capacidade do governo para realizar políticas sociais e de investimento; dessa forma, será possível reduzir a taxa de juros e, por consequência, os custos de financiamento para empresas e consumidores, e propiciar condições para que a taxa de câmbio oscile moderadamente em torno de um patamar competitivo para as empresas do país, tanto no mercado interno como externo.

Ao recuperar a sua capacidade de investir, o Estado brasileiro liderará, com a participação do setor privado, o processo de melhoria da infraestrutura que tanto afeta a produção e as condições de vida da população e, ao mesmo tempo, possibilitará a geração de empregos. As deficiências na infraestrutura geram restrições não só ao aumento da produtividade, mas também deterioram as condições de vida da população. Dada a ausência de investimentos no setor, somente 20% dos domicílios na Região Norte e 45% na Região Nordeste tinham acesso à rede geral de esgotamento sanitário ou fossa ligada à rede em 2017 (segundo o IBGE), por exemplo.

O Estado precisa, junto com o setor privado, viabilizar um volume de investimentos de, aproximadamente R\$ 300 bilhões ao ano (praticamente 5% do PIB) para recuperar a infraestrutura do país e assim contribuir para a melhoria dos indicadores sociais e da competitividade global das empresas brasileiras. Não haverá outra forma de fazê-lo que não seja através do retorno da capacidade de investimento do setor público, que dependerá do ajuste fiscal, tributário, da reforma da Previdência e da consequente queda das despesas com juros, e da sua associação com o capital privado nessa empreitada. O BNDES também terá um papel preponderante nesse processo.

Outra solução para recuperar o emprego no momento inicial (além do investimento em infraestrutura e um conjunto de ações emergenciais), já que o mercado interno está desaquecido e o elevado desemprego e endividamento inibem a sua recuperação, é o aumento das exportações, principalmente daquelas ligadas ao setor industrial. A história mostra que o processo de desenvolvimento de todos os países passou pelo surgimento e crescimento da indústria, e os dados também mostram que os países mais ricos exportam proporcionalmente mais produtos industrializados que outros tipos de produtos. É na indústria que é gerada a maioria

das inovações; também é esse setor que mais estimula a produção de outros setores e gera empregos de qualidade, com bons salários, e em quantidade satisfatória. A indústria atual está totalmente associada aos chamados serviços modernos, como informática, design, logística, pesquisa, marketing, consultoria, projetos e publicidade, dentre outros, e esse é o caminho atual do processo de desenvolvimento – a chamada indústria 4.0. Portanto, a reindustrialização do país, já que este setor perdeu muito espaço desde a década de 1990, é um ponto central de nossa estratégia de desenvolvimento; sempre buscando inovar, agregar serviços modernos e exportar. O agronegócio, que tanto tem ajudado nossa economia, também deverá ser estimulado a produzir bens com maior valor agregado, para gerar ainda mais riqueza ao país.

Nosso país perdeu milhares de indústrias e esse é um dos motivos mais relevantes para explicar o nosso baixo crescimento, de apenas 2,2% ao ano, em média, nos últimos 30 anos (1988-2017). Para se ter uma ideia do baque que isso significa, basta dizer que o Brasil cresceu, nos 30 anos anteriores (1958-1987), à média de 6,6% ao ano, três vezes mais do que atualmente. As economias que mais enriqueceram nas últimas décadas foram as que investiram pesadamente em sua indústria, e assim tem sido ao longo da história. Nós fizemos o contrário. Em 1990, nossa produção industrial era igual à da China ou à soma de Coreia do Sul, Malásia e Tailândia. Mas em 2015, produzimos apenas o equivalente a 6% do que a indústria chinesa produziu e somente 33% do que produziram as indústrias dos outros três países somadas. Reindustrializar o país é uma das nossas metas principais, juntamente com o desenvolvimento dos setores de serviços intensivos em conhecimento, e ser o passo fundamental para o Brasil voltar a crescer e gerar mais empregos duradouros e de qualidade.

Mas, para inserirmos mais pessoas no mercado de trabalho, com bons salários, e melhorar nossa competitividade, precisamos também investir fortemente na melhoria do sistema educacional. Hoje o acesso é praticamente universal no ensino fundamental, mas o desempenho ainda é insuficiente. Neste campo, devemos seguir o exemplo adotado no estado do Ceará, terra de nosso candidato Ciro Gomes: entre as 100 cidades com o melhor IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do país, 77 delas lá se encontram. Já em relação ao ensino de nível médio, a evasão é elevadíssima, a oferta de vagas é insuficiente e o desempenho dos alunos, também insatisfatório. Entre 1990 e 2015, o número de pessoas com mais de 25 anos que possui pelo menos educação de nível médio aumentou 2,9 vezes no Brasil, mas ainda é baixo para padrões internacionais (94º colocado entre 164 países em 2015; os dados são do Índice de Desenvolvimento Humano calculado pela Organização das Nações

Unidas). No ensino de nível superior, os problemas de acesso e evasão permanecem, bem como os relativos à qualidade do ensino em situações específicas. Portanto, nossas metas estarão relacionadas à correção da evasão escolar, à melhoria dos índices de desempenho dos alunos e à ampliação do acesso aos níveis de ensino médio e superior.

No tocante à Saúde, outra área sensível para o bem-estar da população, a situação é semelhante. Ainda que a taxa de mortalidade até os cinco anos de idade (um importante indicador das condições de saúde da população) tenha se reduzido em aproximadamente 75% entre 1990 e 2015, ainda é alta para padrões internacionais, pois o Brasil é o 90º colocado entre 193 países em 2015 (a fonte dos dados é semelhante à utilizada para a Educação). A atenção básica tem que ser reforçada e priorizada, e a gestão do atendimento médico e hospitalar às chamadas doenças de média e alta complexidade, aprimorada. Diferentemente da Educação, em que o acesso é quase universal no ensino fundamental, na Saúde ainda precisa ser ampliada a oferta de diversos serviços, mesmo os mais básicos, à população brasileira.

Outro problema premente para a população é a segurança pública. O Brasil registrou 63.380 homicídios em 2017. São 30,8 homicídios por mil habitantes, segundo o Atlas da Violência de 2018. A taxa mundial é de cerca de 8 homicídios por mil habitantes. Do total de óbitos registrados para a população entre 15 e 19 anos, 50,3% corresponderam a homicídios em 2016. A taxa de homicídios de negros atingiu 40,2 por mil habitantes naquele ano, enquanto a de não negros foi de 16 por mil habitantes. A desigualdade racial fica evidenciada nessas estatísticas.

Armar as pessoas vai provocar um número de mortes ainda maior (um “banho de sangue”). Esse não será o caminho da solução, com certeza; a saída se dará pela melhoria das condições de trabalho da polícia e da inteligência investigativa, ao combate ao tráfico de armas, ao crime organizado e suas movimentações financeiras, e ao policiamento nas fronteiras, dentre outros.

Há, portanto, uma série de políticas sociais que devem ser implementadas conjuntamente à estratégia de crescimento econômico. Essas políticas são importantes para proteger os mais pobres, melhorar o bem-estar da população e acelerar o processo de distribuição de renda. Nesta introdução, citamos apenas alguns exemplos, e essas políticas terão um papel muito importante em nosso programa de governo a ser elaborado.

Aliás, crescer distribuindo renda é fundamental. Reduzir as gritantes desigualdades econômicas e sociais do país requer um conjunto amplo e simultâneo de medidas, como estamos propondo nessa estratégia de desenvolvimento. Queremos criar empregos de qualidade, tributar proporcionalmente mais os ricos, investir fortemente em educação e em políticas sociais, dentre outras medidas.

Bem, e encerrando essa introdução, já que estamos defendendo uma estratégia nacional de desenvolvimento, precisamos dizer onde queremos chegar, gerando empregos de qualidade acessíveis a todos. Nossa meta maior é buscarmos, em um período de 15 anos, alcançar o atual Índice de Desenvolvimento Humano de Portugal (que hoje é o 41º do mundo, enquanto o Brasil está na 79ª posição), um país dentre os que mais vêm crescendo no mundo desenvolvido e que possui um governo cujas bases de suas políticas são progressistas. Para atingirmos o atual nível de renda per capita de Portugal, buscaremos crescer 5% ao ano, e será definida uma série de outros objetivos e metas relativas a indicadores sociais, como expectativa de vida, mortalidade infantil, taxa de homicídios e desigualdades sociais entre homens e mulheres. Se quisermos também atingir os seus indicadores de distribuição de renda, teremos que investir muito em educação, bem como em políticas econômicas que propiciem a orientação de nossa produção na direção de setores que produzam bens mais sofisticados com maior valor agregado, e na realização de muitas políticas sociais visando o acesso a bens e serviços públicos de qualidade. Como vemos, a tarefa não é fácil, e sem uma estratégia bem desenhada, implementada com dedicação e vigor, e que combine a atuação dos setores público e privado, será impossível atingirmos os resultados propostos. Vamos então, a seguir, detalhar a composição das diretrizes para o nosso programa de governo, um programa soberano porque é baseado em uma estratégia nacional de desenvolvimento.



DETALHAMENTO DO PROGRAMA



1

GERAÇÃO DE EMPREGOS

O Brasil tem hoje 169 milhões de pessoas em idade de trabalhar. Para gerar emprego e ocupação de forma sustentável para essa formidável massa de brasileiros, nosso país precisa adotar uma estratégia planejada, um plano nacional debatido por toda a sociedade, estabelecendo prioridades sociais e econômicas. Metas de curto, médio e longo prazos que permitam ao Brasil alcançar, em termos de renda e desenvolvimento humano, o mesmo nível de alguns países europeus ou asiáticos que já deixaram para trás problemas como desemprego, miséria e pobreza e oferecem oportunidades e um bom nível de vida para todos os seus habitantes. O Brasil tem condições, riquezas e recursos para tanto. Mas isso requer um plano, um caminho estabelecido entre a sociedade e o governo, entre os trabalhadores, o setor privado e o setor público, que defina claramente políticas de desenvolvimento focadas na expansão da competitividade dos setores produtivos, com especial destaque para a indústria de transformação e redobrada atenção ao setor exportador, considerando também a força de nosso agronegócio e da nossa mineração, que geram essenciais divisas para as contas externas do país. Precisamos gerar empregos para milhões de brasileiras e brasileiros. Esse é um dos objetivos mais importantes de nosso programa. Para atingirmos esses objetivos, o país precisa retomar o crescimento e uma série de medidas econômicas serão necessárias; todas elas visam o aumento dos investimentos que ampliarão a capacidade produtiva, possibilitando a criação dos novos empregos tão necessários. Diversas medidas serão necessárias, e a seguir descreveremos as principais delas.

- 1.1** O alcance do equilíbrio fiscal para que o governo recupere a sua capacidade de investir e realizar políticas sociais para melhorar as condições de vida da população. Em outras palavras, vamos garantir a sustentabilidade fiscal e previdenciária do Estado em todas as suas esferas e promover a simplificação do sistema tributário, elevando a capacidade de investimento dos governos e possibilitando a prestação de serviços públicos de qualidade para toda a sociedade. Definimos como meta alcançar o equilíbrio no resultado primário em dois anos de governo e, para alcançar esse equilíbrio, uma série de reformas serão necessárias:

Reforma fiscal, tributária e previdenciária

- Implementação de um sistema previdenciário multipilar capitalizado, em que o primeiro pilar, financiado pelo Tesouro, seria dedicado às políticas assistenciais; o segundo pilar corresponderia a um regime previdenciário de repartição com parâmetros ajustados em relação à situação atual; e o terceiro pilar equivaleria a um regime de capitalização em contas individuais. Ademais, seria discutida a introdução de idades mínimas diferenciadas por atividade e gênero;
- Redução, inicial, de 15% das desonerações tributárias;
- Revisão de todas as despesas do governo, de modo a eliminar desperdícios, sobreposições e privilégios; os gastos com investimentos, Saúde e Educação deverão ser preservados;
- Isenção de tributos na aquisição de bens de capital;
- Redução do Imposto de Renda da pessoa jurídica;
- Redução de impostos sobre consumo (PIS/COFINS e ICMS);
- Criação de um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), unificando vários tributos atualmente existentes;
- Eliminação gradual da chamada “pejotização”;
- Recriação do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos;
- Alteração das alíquotas do ITCD (imposto sobre heranças e doações);
- Simplificação da estrutura tarifária de importações;
- Elevação da alíquota do ITCD (imposto sobre heranças e doações);
- Revogação da EC 95 (Teto de Gastos), a ser substituída por outro mecanismo que controle a evolução das despesas globais do governo, preservando, como afirmado acima, os gastos com investimentos, Saúde e Educação;
- Redução da burocracia para abertura, acompanhamento das operações tributárias e fechamento de empresas.

Reforma orçamentária

- Maior integração entre o planejamento dos objetivos de governo, suas metas, o orçamento e um modelo de gestão orientado para resultados;
- Introdução do orçamento plurianual para grandes projetos prioritários;
- Planejamento de despesas por período superior a um ano;
- Criação da unidade de projetos prioritários, com sistema de acompanhamento e avaliação;
- Adoção do chamado orçamento base zero;
- Programação de desembolsos associados à avaliação da execução de projetos e resultados alcançados;
- Criação de incentivos à economia de recursos orçamentários;

- Aprimoramento do processo licitatório;
- Maior transparência na classificação e execução orçamentária;
- Criação de sistema de acompanhamento e rateio de custos.

Reforma da gestão pública

- Implementação de um processo dinâmico de planejamento de longo prazo, com um horizonte de 20 anos, no qual, a cada 4 anos, o planejamento seria atualizado para as próximas duas décadas, servindo de base para a elaboração dos planos plurianuais;
- Redefinição de ministérios em função das atribuições a serem desempenhadas pelo governo;
- Melhoria da integração entre as diversas estruturas organizacionais visando magnificar os efeitos intersetoriais e transversais das políticas públicas;
- Realização de um planejamento da força de trabalho que alinhe as necessidades de pessoal às funções e objetivos estratégicos do governo;
- Alinhamento da política de pessoal aos resultados do planejamento da força de trabalho;
- Desenvolvimento profissional do quadro de servidores e de estrutura de incentivos baseada no alcance de resultados;
- Criação de mecanismos de incentivo e avaliação de desempenho realistas;
- Introdução de um sistema meritocrático para ocupação de cargos em comissão;
- Criação de instrumentos e parâmetros de monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- Implementação de um sistema de metas e acompanhamento de resultados associado ao orçamento;
- Aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos de gestão fiscal e de controle de custos;
- Criação de mecanismos de identificação de projetos inovadores que possam ser disseminados na administração pública;
- Integração e modernização dos sistemas públicos de Tecnologia da Informação e de Comunicação (TIC) e implementação de sistemas de Big Data no Governo Federal;
- Melhoria e expansão do chamado governo eletrônico, ampliando fortemente a prestação de serviços, os controles realizados por meio eletrônico e a desburocratização de processos de trabalho;
- Aperfeiçoamento do pacto federativo e das regras de consórcio público para execução de políticas públicas;

- Estímulo à oferta de serviços públicos, não exclusivos de Estado, por organizações públicas não estatais, como organizações sociais;
- Revisão da forma de atuação das agências reguladoras;
- Aperfeiçoamento do marco jurídico que rege a administração pública, incluindo o processo de compras.

1.2 A redução da taxa de juros, para estimular a retomada dos investimentos privados e aliviar a população e as empresas endividadas, é essencial. Para atingir esse objetivo, deverá ser realizada uma reforma monetária acompanhada de um conjunto de medidas que possibilite diminuir tanto a taxa de juros básica, definida pelo Banco Central, como aquela que é cobrada nos financiamentos a consumidores e empresas:

- Compromisso com a redução da taxa de juros básica (Selic) em compasso com a realização do ajuste fiscal;
- Redução da indexação no mercado financeiro, através da substituição gradual da participação de Letras Financeiras do Tesouro, corrigidas pela Selic, por títulos prefixados no financiamento da dívida;
- Substituição gradual das operações compromissadas (operações de overnight com lastro em títulos públicos com compromisso de recompra por parte do Banco Central) por depósitos voluntários remunerados (que não são lastreados em títulos públicos) no Banco Central;
- Desregulamentação bancária para possibilitar a maior oferta de serviços financeiros por parte de instituições de pequeno e médio porte e ampliar a rede bancária;
- Aprimoramento da legislação na direção de facilitar a operação de novos negócios financeiros dentro e fora do sistema bancário, incluindo a regulamentação e estímulo ao desenvolvimento das instituições financeiras que operam exclusivamente pela internet, chamadas de Fintechs;
- Maior controle da concentração bancária por parte dos órgãos de regulação; participação do CADE juntamente com o Banco Central nesse processo;
- Participação ativa do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal no processo de redução do spread bancário, garantindo a rentabilidade necessária às suas operações.

1.3 A defesa de uma taxa de câmbio competitiva é essencial para, junto com uma série de outras medidas, recuperar a capacidade das empresas brasileiras, produtoras de bens industrializados e serviços sofisticados, concorrerem no mercado externo. Também é fundamental para evitar que as empresas importadoras possam trazer produtos com preços em reais artificialmente

baixos que impossibilitem as empresas brasileiras de concorrerem com elas, resultando na eliminação de muitos empregos no país:

- A taxa de câmbio deve oscilar, com reduzida volatilidade, em torno de um patamar competitivo para a indústria nacional;
- A política fiscal equilibrada e a redução da taxa de juros serão os fatores determinantes desse comportamento da taxa de câmbio;
- Recriação do fundo soberano, para impedir as oscilações excessivas da taxa de câmbio em função dos ciclos de commodities, possibilitar a implementação de políticas anticíclicas e a estabilidade de preços importantes, como o petróleo, no mercado interno (sempre resguardando a rentabilidade das empresas produtoras desses bens).

1.4 A manutenção da inflação em patamares baixos é fundamental para o crescimento e esse é outro ponto essencial de nosso programa. Queremos aliar a menor inflação possível à meta de criação dos empregos necessários à população brasileira. Portanto, o regime de metas de inflação será mantido, e o Banco Central perseguirá a menor taxa de inflação possível associada a uma taxa de desemprego que não sacrifique a população brasileira:

- O Banco Central terá duas metas: a taxa de inflação e a taxa de desemprego, como ocorre nos Estados Unidos;
- Adoção de medidas de núcleo dos índices de preços como meta de inflação;
- Mudança do prazo de convergência da inflação à meta em caso de choques inflacionários (ao invés do ano calendário, adotar um número maior de meses);
- Desindexação de preços relevantes da economia;
- Ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional;
- Divulgação da transcrição das gravações das reuniões do Copom após seis meses, visando maior transparência das ações do Banco Central.

1.5 A política industrial, junto com outros instrumentos como a política de ciência e tecnologia e creditícia, sempre auxiliou no desenvolvimento de setores considerados estratégicos, seja para a geração de inovações ou de empregos (ou ambos), tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento. Deve ser desenhada de forma complementar à política macroeconômica, e não para compensar desequilíbrios, como foi no passado recente:

- Definição de quatro grandes complexos prioritários. A escolha desses complexos se deve aos seguintes fatores:

- o seu impacto sobre a balança comercial, através da elevada participação de insumos importados em seu processo produtivo;
- o seu impacto positivo sobre a produção dos demais setores;
- a possibilidade de melhor aproveitamento, com agregação de valor, de nossos recursos naturais;
- a geração de tecnologia que poderá ser disseminada aos demais setores da economia. São eles o agronegócio, a defesa, o setor de óleo, gás e biocombustíveis e a produção de bens para atender aos serviços de saúde.

- O quinto setor relevante, a construção civil, forte gerador de empregos, será estimulado pela política orientada à recuperação da infraestrutura, incluindo o saneamento básico e a habitação;
- Políticas de incentivo à inovação e sustentabilidade financiadas pelo BNDES e bancos privados, visando primordialmente ao aumento da competitividade e elevação das exportações com maior conteúdo tecnológico e a sua diversificação, e ao estímulo à realização de investimentos complementares na cadeia produtiva, principalmente na integração entre indústria e serviços modernos, de forma a possibilitar nossa participação nas etapas mais relevantes das cadeias globais de valor;
- Definição do BNDES como grande agente financeiro da estratégia de política industrial, junto com a FINEP e os órgãos estaduais de fomento à inovação;
- Reforço à política de preferência por insumos locais nos processos de compras governamentais;
- Aprimoramento da política de conteúdo local, visando a sua simplificação e, ao mesmo tempo, sua adoção como efetivo instrumento de estímulo ao produtor nacional;
- Vínculo com a política de ciência e tecnologia por meio da criação de estímulos à atuação conjunta de universidades, empresas e instituto de pesquisas no desenvolvimento de produtos e tecnologias.

1.6 Uma política de inserção internacional que fomente o setor produtivo, com especial destaque para a indústria manufatureira de alta tecnologia e para serviços intensivos em conhecimento, é fundamental para garantir que a globalização gere empregos de qualidade, ao invés de destruir os poucos empregos que restaram nesses setores. Para tanto, é preciso que haja uma estratégia com foco no longo prazo, com forte apoio às exportações desses produtos e serviços. O Brasil tem condições de se aproximar, em termos de renda e desenvolvimento humano, dos países europeus, desde que estabeleça claramente políticas focadas na expansão da competitividade externa dos setores produtivos mais sofisticados tecnologicamente:

- Definição de metas claras de crescimento para as exportações de manufaturados;
- Priorização na concessão de crédito, por parte do BNDES, às empresas que cumprirem metas de exportação, inovação, elevação da competitividade e geração de empregos; prática de menores taxas de juros para aquelas que inovarem e preservarem o meio ambiente;
- Desenvolvimento de mecanismos que facilitem o acesso dos exportadores a financiamentos com custos compatíveis aos obtidos por seus concorrentes externos;
- Melhoria da infraestrutura para escoamento da produção;
- Racionalização da estrutura tarifária de importações;
- Estabelecimento de acordos comerciais, preservando os interesses do país;
- Estruturação de suporte às empresas brasileiras na prospecção de mercados e no atendimento aos clientes no exterior.

1.7 Todas as políticas orientadas ao crescimento e à geração de empregos carecem de recursos para serem viabilizadas. Uma política de crédito, que retome a capacidade de financiamento às empresas e à população em geral, será fundamental em nossa estratégia de desenvolvimento. Uma série de medidas serão adotadas para recuperar o volume de crédito na economia brasileira. A própria redução da taxa de juros e das operações compromissadas levará o sistema financeiro a realizar operações de empréstimos e o volume da oferta de crédito deverá crescer:

- Definição de um conjunto de ações para auxiliar na redução do endividamento de famílias e empresas;
- Alterações na política atual de recolhimentos compulsórios sobre depósitos bancários;
- Estímulo à disseminação do cadastro positivo;
- Popularização do mercado de fundos lastreados em títulos privados;
- Estímulo ao desenvolvimento do mercado de capitais e de financiamento privado de longo prazo, o que também contribuirá para a elevação da poupança nacional;
- Desenvolvimento de mecanismos alternativos de crédito, como venture capital (capital de risco);
- Definição de uma estrutura tributária que estimule a concessão de crédito de longo prazo;
- Retomada do protagonismo do BNDES na concessão de crédito ao investimento, pesquisa e inovação, através da criação de novas formas de captação de recursos;

- Reforço do papel da CEF no financiamento de políticas sociais;
- Reforço do papel do BB na concessão de crédito à agricultura e capital de giro para pequenas e médias empresas.

1.8 Adicionalmente, políticas específicas para a criação direta de empregos, complementares a todas estas citadas acima, serão necessárias, dado o elevado desemprego da economia brasileira. Em junho de 2018, esse contingente atingia 13 milhões de pessoas, praticamente o dobro do número registrado em 2014; por isso, para recuperar o emprego de milhões de brasileiros rapidamente, e criar empregos para outras pessoas que vêm ingressando no mercado de trabalho, vamos propor um conjunto de ações emergenciais e outras que auxiliarão a promover a geração sustentável de empregos, priorizando as camadas mais vulneráveis da população, estimulando a formalização no mercado de trabalho e a capacitação profissional compatível com as demandas das organizações públicas e privadas, aperfeiçoando também as políticas de inclusão produtiva:

- Criação de um programa emergencial de emprego, com ênfase nas áreas de saneamento e construção civil, em consonância com as políticas de estímulo a estas áreas, conforme proposto nestas diretrizes para o programa de governo;
- Criação de programas de capacitação nos bolsões de desemprego das grandes cidades, como o auxílio do Sistema S e das instituições federais de ensino;
- Estabelecimento de política de “adoção, melhoria e multiplicação” das creches “informais” já existentes, para possibilitar às mães de crianças na primeira infância a ingressarem no mercado de trabalho;
- Políticas de concessão de crédito desburocratizado e barato para reforma e ampliação das moradias para famílias de baixa renda, o que melhorará suas condições de vida e simultaneamente contribuirá para o reaquecimento do mercado de trabalho na construção civil;
- Oferecer cursos de curta duração voltados a Nem-Nems (jovens entre 15 e 29 anos que nem estudam, nem trabalham; 23% dos jovens nessa faixa etária encontravam-se nessa situação em 2017). As políticas em relação a este grupo serão mais detalhadas mais à frente nessas diretrizes para o programa de governo, mas ressalta-se que um de seus componentes será a criação de cursos de capacitação para facilitar a sua inserção no mercado de trabalho;
- Revisão das atuais leis trabalhistas, de modo a adaptá-las às novas tendências do mercado de trabalho, alavancar o empreendedorismo, incentivar empresas e trabalhadores a realizar contratos de trabalho mais longos, estimular aumentos na produtividade e diminuir a insegurança jurídica;

- Melhoria dos sistemas de monitoramento e avaliação para determinar as necessidades de treinamento e direcionar melhor a expansão de programas de capacitação profissional, inclusive na direção de novos empregos que serão demandados no futuro, além da ampliação das parcerias com o setor privado para verificar as áreas que mais precisam de treinamentos, facilitando o acesso dos alunos a postos de estágio e trabalho;
- Reforma de serviços como o do Sistema Nacional de Emprego (SINE), melhorando a sua estrutura e a sua capacidade de articulação com o setor produtivo.

1.9 Não menos relevantes, os setores do agronegócio, agricultura familiar, serviços em geral, comércio, a economia criativa e o turismo também serão estimulados para contribuir ao crescimento da economia brasileira e à geração de empregos. Da mesma forma, atenção especial deverá ser direcionada aos empreendedores, inovadores e às pequenas e médias empresas. Esses estímulos serão discutidos ao longo da campanha.

2

RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A infraestrutura de nosso país é velha, insuficiente e carece de manutenção. Nas cidades, sejam elas no meio urbano ou no meio rural, faltam habitações, saneamento e transporte público de qualidade, assim como precisamos de ferrovias, estradas, portos, aeroportos e energia. Portanto, recuperar e modernizar a nossa infraestrutura é outro passo decisivo para gerar imediatamente milhares de empregos em todo o país, melhorar a qualidade de vida da população e aumentar a competitividade do Brasil que produz. Para isso, é necessário um setor público com boa saúde fiscal para participar, juntamente com o setor privado, desse investimento maciço. Pretendemos investir nestas obras cerca de R\$ 300 bilhões por ano, através de investimento público ou estimulando o setor privado a fazê-lo, para superar as deficiências e gargalos que encarecem e limitam nossa capacidade de produção. Estimamos que somente as obras atualmente paralisadas podem gerar cerca de 350 mil novos empregos. A seguir, elencamos uma série de medidas necessárias para o alcance deste objetivo.

2.1 Realização de um pacote de investimentos dirigidos a seguintes áreas:

- Habitação
- Saneamento básico
- Resíduos sólidos
- Telecomunicações
- Mobilidade urbana
- Rodovias
- Ferrovias de cargas
- Ferrovias de passageiros
- Aeroportos
- Portos
- Energia elétrica e demais energias renováveis, como eólica, solar e biomassa, entre outras opções.

- 2.2** O Programa Minha Casa Minha Vida deverá ser reforçado, recebendo recursos adicionais, e a infraestrutura de serviços em seu entorno, incluindo transporte, saúde e educação, dentre outros, receberá a necessária atenção específica.
- 2.3** O Sistema Financeiro da Habitação deverá ser fortalecido, de modo a desenvolver novas formas de captação de recursos, preservando o seu equilíbrio orçamentário.
- 2.4** O modelo de concessões e parcerias público privadas será fortemente incentivado e atuará de maneira coordenada ao investimento público. Precisamos melhorar a qualidade dos investimentos públicos e aumentar estrategicamente a sua sinergia com os investimentos privados, por meio da criação de um comitê de avaliação das políticas de investimentos.
- 2.5** Fortalecimento e protagonismo do BNDES neste processo.
- 2.6** Criação de um fundo garantidor para investimentos em infraestrutura, lastreado em títulos emitidos a partir de um processo de securitização de dívidas com o setor público.
- 2.7** Estruturação de equipe específica para a elaboração e análise de projetos, de modo a auxiliar tanto o setor privado como estados e municípios.
- 2.8** Estabelecimento de um trâmite organizado de preparação e modelagem dos projetos públicos de infraestrutura.
- 2.9** Articulação entre os diversos órgãos públicos, incluindo os governos estaduais e municipais, envolvidos nos estudos e procedimentos que precedem às licitações e leilões no modelo de concessões e PPPs.
- 2.10** Maior segurança jurídica: regulação clara dos setores, com regras bem delineadas, ações não discricionárias, eficiência das agências reguladoras e do Poder Judiciário.
- 2.11** Reestruturação da relação entre os ministérios e agências reguladoras, que devem regular e não formular políticas.
- 2.12** Retomada da adoção da TJP nos processos de infraestrutura.

- 2.13** Estruturação de um mercado de garantias e seguros para o investimento de longo prazo.
- 2.14** Aprimoramento das regras gerais de licenciamento ambiental de modo a combinar as necessidades de investimento e preservação ambiental.
- 2.15** Modernização e celeridade nos processos de desapropriações por utilidade pública.

3

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Quando falamos em desenvolvimento econômico, reindustrialização, agricultura e infraestrutura, não podemos nos esquecer que esse processo deve ocorrer de forma sustentável, preservando o meio ambiente. A maior parte dos conflitos observados na Política de Meio Ambiente é fruto de uma oposição artificial entre dois conceitos originalmente interligados, a ecologia e a economia. Percebemos que não há falta de espaço, mas sim de ordenamento no uso e ocupação das terras no Brasil. Existem áreas úteis de sobra para sistemas produtivos, ao passo que estes setores ocupam, em áreas já modificadas pela ação humana, mais de metade das áreas vocacionadas para preservação. De outro lado, as políticas conservacionistas priorizaram a instituição de unidades protegidas como salvaguarda de nossa biodiversidade e pouco avançaram em políticas de harmonização da preservação com a produção. É necessário solucionar essa apenas aparente contradição. O país tem elevada biodiversidade e necessita definir e priorizar ações que desenvolvam o seu manejo e preservação, de modo a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

- 3.1** Intensa expansão, tendendo à universalização, dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.
- 3.2** Compatibilização entre as agendas Marrom (Política Nacional de Meio Ambiente), Verde (Novo Código Florestal) e Azul (Política Nacional de Recursos Hídricos).
- 3.3** A realização de grandes obras deve ser acompanhada de um planejamento de arranjos produtivos locais em seu entorno.
- 3.4** Implantação das Unidades de Conservação já criadas no Brasil com as devidas indenizações e/ou reassentamentos:
 - Elaboração de um plano de formação de arranjos produtivos locais no entorno dessas unidades, voltados para a prestação de serviços às mesmas, bem como o desenvolvimento do turismo sustentável;

- Criação de concessões à iniciativa privada de áreas e equipamentos de uso público para exploração econômica de serviços permitidos em Unidades de Conservação.

3.5 Desenho de modelos de desenvolvimento para áreas vulneráveis:

- Necessidade de planejamento territorial e normas sobre o deslocamento da população em caso de grandes obras;
- Planejamento das políticas sociais destinadas a esses grupos;
- Ampliação da oferta de assistência técnica e extensão rural especializada para sistemas agrícolas tradicionais, especialmente na Região Norte;
- Apoio à gestão das associações produtivas das comunidades da floresta e a implantação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das cadeias produtivas;
- Atenção especial deve ser dada aos impactos ambientais, sociais e econômicos da tragédia de Mariana.

3.6 Operacionalização de ações para implementar as metas climáticas, de redução da emissão dos gases de estufa, até 2020 (definidas pelo Acordo de Paris):

- Estímulo à adoção, através de políticas públicas, de energias renováveis como os biocombustíveis, a biomassa, a hidráulica, solar e a eólica;
- Articulação com outros países para o cumprimento das metas;
- Desenho de estratégia para redução do desmatamento;
- Desenho de modelo de precificação da poluição (isso é, definição de formas de taxação para quem polui ou aprimoramento do mercado de certificados de emissão de carbono), com a criação de mecanismos de compensação financeira para atividades impactantes, a exemplo do que é feito com os certificados de emissão de carbono;
- Desenvolvimento de sistema com informações sobre a emissão de carbono no país, por emissor.

3.7 Estímulo ao desenvolvimento de ecossistemas de inovação sustentável:

- Apoio a pequenas e médias empresas que gerem negócios inovadores na área de sustentabilidade, como o desenvolvimento de produtos sustentáveis na produção de outros bens;
- Estímulo a investimentos e inovações, através de linhas de crédito específicas,

venture capital ou financiamento à pesquisa (incluindo bolsas), que incluam ou sejam direcionadas a melhorias ambientais e de sustentabilidade;

- Coordenação entre os atuais sistemas e linhas de financiamento destinadas à pesquisa ambiental e de sustentabilidade, incluindo a área de energia;
- Taxação à produção ilegal que reduz a sustentabilidade e piora as condições ambientais.

3.8 Desenvolvimento, no país, de defensivos agrícolas específicos para as nossas culturas e problemas, de menor conteúdo tóxico para pessoas e o meio ambiente, e incentivo à adoção de sistemas de controle alternativos na agricultura, prática essa que se constitui em uma tendência mundial.

3.9 Estímulo ao desenvolvimento de setores que possam agregar mais valor à produção utilizando-se dos parâmetros de sustentabilidade (por exemplo, a indústria de móveis, que pode desenvolver design e utilizar madeira de reflorestamento certificada, e a indústria de cosméticos, que pode desenvolver e utilizar insumos vegetais ao invés de químicos).

3.10 Estruturação de sistema de acompanhamento e disseminação de padrões de produção internacionais (que visam às melhorias ambientais e à sustentabilidade) com o objetivo de adaptar os produtos brasileiros a esse padrão, mesmo porque as barreiras ao comércio internacional serão cada vez mais associadas à prática de técnicas e processos de produção sustentáveis.

3.11 Integração de dados, incluindo as análises cartográficas, informações e conhecimento da ecologia do Brasil, para planejar a melhor forma de provimento das atividades humanas visando, além de eficiência financeira, à capacidade de suporte ambiental e à equidade social, o tripé básico da sustentabilidade.

3.12 Criação de procedimento de avaliação anual da adequação do uso e ocupação das terras rurais e urbanas, bem como da adoção de zoneamentos adequados e equipamentos construtivos que observem princípios de sustentabilidade, incluindo estrutura de incentivos às unidades aderentes.

3.13 Implementação dos demais instrumentos da Política Ambiental que auxiliarão no licenciamento ambiental: o Zoneamento Ambiental, o estabelecimento de Padrões Ambientais e a criação dos cadastros técnicos

previstos na legislação; o único instrumento existente atualmente para dirimir conflitos é o licenciamento ambiental.

3.14 Regularização fundiária de territórios de comunidades tradicionais, quilombos, quilombolas e terras indígenas.

3.15 Criação de política de proteção aos animais.

4

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Uma política de ciência, tecnologia e inovação, articulada com uma política industrial e educacional, é fundamental em uma estratégia nacional de desenvolvimento. É fundamental para caminharmos na direção de uma indústria 4.0., respeitando o meio ambiente; para sermos competitivos no exterior e produzirmos internamente uma parcela dos produtos que hoje importamos e teríamos condições de fazer no país; desenvolvermos novas técnicas que possibilitarão aumentar a produtividade em diversos setores que beneficiam a população, como a indústria alimentícia e os serviços de transportes, apenas para ficar com dois exemplos dentre muitos outros. Precisamos preservar o conhecimento acumulado, com enorme esforço público e privado, evitando a deterioração da infraestrutura, a migração de cientistas qualificados para outros países e a desarticulação de grupos de excelência em pesquisa, e melhorar a articulação entre o mundo acadêmico e o empresarial, de forma a gerar conhecimento que aumente o bem-estar da população brasileira e a competitividade das empresas. O Brasil produz poucas patentes atualmente, o que expõe o atrasado estágio de nosso processo de inovação e as dificuldades para obter registros de novos produtos e serviços. É necessário agilizar e desburocratizar este processo.

- 4.1** Elaboração de um plano nacional de ciência e tecnologia, de forma a evitar iniciativas sobrepostas e ações antagônicas, maximizando o uso de recursos e alinhando os setores público e privado.
- 4.2** A política de ciência e tecnologia deve fomentar o setor produtivo, com especial destaque para a indústria manufatureira de alta tecnologia e para serviços intensivos em conhecimento, que é fundamental para garantir que a globalização gere empregos de qualidade, ao invés de destruir os poucos empregos que restaram nesses setores.
- 4.3** Fortalecimento do CNPq e de suas instituições de pesquisa.

4.4 Estímulo à produção de conhecimento aplicado ao desenvolvimento tecnológico.

4.5 Estímulo à produção de conhecimento associado entre empresas e universidades:

- Estímulo à instalação de centros de pesquisas das empresas que atuam no país;
- Estímulo à contratação de doutores por empresas, facultando o pagamento de bolsas por períodos probatórios de até 4 anos. Com isso, as empresas se iniciam na pesquisa e aumentam o seu vínculo com as universidades.

4.6 Os recursos devem ser divididos entre: a) pesquisa livre, ou seja, dirigidos às universidades e centros de pesquisa para que desenvolvam pesquisa de base e aplicada de acordo com seus próprios interesses, com autonomia da comunidade acadêmica para decidir sua destinação; e, b) pesquisas dirigidas, por meio da análise das demandas da sociedade:

- Para tanto, é necessário que haja um conselho superior da política de ciência e tecnologia que defina as prioridades de acordo com esse plano mais geral e conselhos setoriais que definam diretrizes e prioridades específicas para suas indústrias;
- Dentre as diretrizes transversais (que beneficiam todos os setores), devem se destacar, dentre outras, as seguintes linhas:
 - energia: trata-se de um segmento chave para o desenvolvimento dos demais setores, pois cada vez mais a utilização de fontes renováveis se torna imprescindível para a produção;
 - indústria 4.0: a digitalização dos processos produtivos tem levado a um novo paradigma em termos da produção, e o Estado tem a obrigação de apoiar as empresas de base produtiva que buscam promover esse tipo de inovação.

4.7 Em relação ao financiamento:

- Estabilidade das fontes e recursos de financiamento ao sistema de inovação brasileiro, quais sejam, os investimentos públicos diretos e os fundos setoriais para inovação;
- Reforço e integração das ações da Finep e Bndes para financiamento especializados para empresas de tecnologia de diversos portes, considerando

instrumentos mais adequados como Project Finance e outros que flexibilizem a apresentação de garantias;

- Criação de mecanismos específicos de estímulo aos investimentos para financiar inovações incrementais e a difusão de tecnologias mais consolidadas;
- Criação de fundos de investimento que fomentem empresas geradoras e transmissoras de progresso técnico através de empréstimos não reembolsáveis para o desenvolvimento de tecnologias disruptivas e de maior impacto. Esses fundos poderão financiar, por exemplo, start-ups, pois são empresas com pouco capital, que não têm garantias e que desenvolvem projetos de alto risco e, portanto, com baixa probabilidade de pagamento.

4.8 Desburocratização dos processos de importação de insumos e equipamentos direcionados à pesquisa.

4.9 Criação de incentivos para o desenvolvimento de startups de tecnologia, com a respectiva incubação em universidades e instituições públicas, e a sua associação com organizações que possam utilizar as suas soluções, bem como a facilitação da comercialização dos produtos e serviços desenvolvidos.

4.10 Em relação à propriedade intelectual:

- Redução de entraves burocráticos e melhoria da segurança jurídica em relação à produção conjunta da propriedade intelectual entre universidades e empresas e a sua exploração comercial por empresas;
- Melhoria da capacidade do INPI para avaliar e conceder patentes, impossibilitando a adoção de regras que transfiram para o Poder Judiciário a disputa da Propriedade Intelectual. Hoje há forte insegurança jurídica para as empresas inovadoras, sendo fator de inibição para a criação e desenvolvimento de startups de tecnologia.



INVESTIR MACIÇAMENTE NA EDUCAÇÃO

Só o investimento maciço na Educação poderá fazer do Brasil um país justo e desenvolvido, com oportunidades iguais para todos os seus cidadãos. Investir na melhoria da qualidade da Educação Pública será uma das nossas principais prioridades. E esta prioridade já começa na Educação Infantil, com a implantação paulatina de Creches de Tempo Integral para as crianças de 0 a 3 anos. É nesse período que se formam as aptidões mais sofisticadas do ser humano. Vamos criar um programa específico para cuidar de todas as crianças nessa faixa etária. Em relação ao Ensino Fundamental, nosso problema não é o acesso e sim a qualidade. Vamos investir fortemente em sua melhoria. Almejamos obter no Ensino Fundamental do Brasil os mesmos resultados alcançados no Ceará, que com 77 das 100 melhores escolas públicas do Ensino Fundamental brasileiro, tornou-se hoje referência nacional. Outra meta é elevar a média de anos de estudo da população, introduzindo a Educação de Tempo Integral desde o Ensino Fundamental II até o Ensino Médio e fazendo da escola um local de aprendizado, desenvolvimento esportivo, artístico e social, diversão e lazer, reduzindo assim a grave evasão que existe hoje, premiando as escolas em que a evasão for reduzida e o desempenho dos alunos tenha melhorado. A política educacional vai reconhecer e valorizar o professor e os gestores escolares. As universidades públicas deverão, além de ampliar a oferta de vagas e prosseguir com as políticas de cotas, estreitar seus laços com as políticas e ações no campo da educação básica e ciência, tecnologia e inovação. Como objetivo geral, vamos caminhar na direção do alcance das metas de desenvolvimento sustentável da ONU no tocante à Educação e persistir na aplicação das metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação (PNE). Vamos eliminar o subfinanciamento das despesas com educação causado pela Emenda do Teto de Gastos.

5.1 Objetivos para a política educacional:

- Universalizar o acesso de 4 a 17 anos;
- Eliminar o analfabetismo escolar (combate absoluto);
- Melhorar a qualidade, mensurada através dos resultados do IDEB e PISA;
- Elevar a média de anos de estudo da população;

- Garantir a permanência e a conclusão na idade adequada;
- Reduzir a evasão, problema grave no ensino médio;
- Caminhar na direção do alcance das metas de desenvolvimento sustentável da ONU no tocante à Educação.

5.2 Instrumentos necessários para viabilizar esses objetivos:

- Uma base nacional comum curricular;
- O desenho do novo Fundeb;
- Um processo adequado de formação e seleção de professores;
- A capacitação contínua de gestores e professores;
- Regras de desenvolvimento profissional dos professores, reconhecimento de sua importância e melhoria das condições de trabalho;
- Uma estrutura de incentivos adequada para os professores;
- Uma estrutura de incentivos que premie os estados e municípios de acordo com a adesão às políticas e práticas propostas pelo Governo Federal;
- Um processo bem estruturado de avaliação dos resultados obtidos pelos estudantes.

5.3 Com base nestes princípios, diversas medidas estão sendo propostas:

- Reabertura da discussão sobre a melhoria e implementação da base nacional comum curricular, com ampla participação de professores e alunos;
- Envio de proposta do novo Fundeb ao Congresso até março de 2019, com a promoção de ampla discussão do projeto com a sociedade;
- Ampliação da rede de ensino Infantil, Fundamental e Médio;
 - As creches deverão oferecer permanência em período integral;
 - Pelo menos 50% das escolas destinadas ao ensino fundamental II (11 a 14 anos) e ao ensino médio deverão ofertar cursos em período integral;
 - Além do apoio direto, o Governo Federal apoiará estados e municípios para a obtenção de recursos junto a organismos internacionais de financiamento;
- Ampliação da rede de escolas para alfabetização e ensino de jovens e adultos, também com apoio do Governo Federal;
- Em relação à governança e ao pacto federativo da política educacional:
 - O governo federal definirá diretrizes gerais, enquanto sugestão, e Estado e Municípios aplicam se quiserem; porém, aqueles que as adotarem receberão maior parcela de parcela discricionária (que exceder a definida pela Constituição) no novo Fundeb;

- Portanto, o novo Fundeb deve prever que a União repasse os 10% adicionais discricionários de acordo com a adesão do município/estado aos princípios gerais da política e aos resultados alcançados;
- Os municípios com piores indicadores sociais deverão receber um volume maior de recursos diretamente do Governo Federal com o compromisso de cumprimento de metas claras e viáveis de melhoria na aprendizagem;
- Buscaremos a replicação, na medida do possível, da experiência de Sobral no Ensino Fundamental em outras regiões do país, através do estabelecimento de políticas e ações que, se adotadas por estados e municípios, implicarão em maior repasse de recursos voluntários por parte do Governo Federal.

■ Em relação à formação, seleção, carreira e capacitação dos professores:

- Abertura de diálogo com as universidades para repensar os cursos de pedagogia e licenciatura voltados para a formação de professores;
- Criação de uma prova nacional, à qual os estados e municípios poderão aderir, para seleção de professores;
- Estabelecimento de mesa permanente de negociação, incluindo representações de professores, para construir um projeto de médio prazo sustentável, capaz de ampliar e aperfeiçoar as medidas de valorização dos professores;
- Oferta de capacitação continuada aos professores de toda a rede;
- Criação de programa de iniciação docente, estágio, residente e mentoria.

■ Em relação ao desenvolvimento e à valorização dos professores:

- Priorização à carreira de 40 horas, com melhor remuneração e estrutura de progressão;
- Apoio à melhoria da infraestrutura escolar e das condições de trabalho, através do BNDES;
- Maior efetividade da avaliação do estágio probatório.

■ Em relação à gestão escolar, com impacto direto sobre o rendimento dos alunos:

- Controle estrito de faltas de professores e alunos;
- Discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio;
- Escolha de material didático pela rede, com apoio dos professores;
- Manutenção e aprimoramento dos exames nacionais de desempenho escolar;
- Definição de critérios mínimos para a seleção e nomeação de diretores de escolas;
- Instituição de programas de reforço escolar;

- Instituição de ações específicas de combate à evasão e em favor da atratividade do ensino médio.

5.4 Duas políticas sociais serão fundamentais para auxiliar no desempenho, atratividade e redução da evasão por parte dos alunos, e envolverão também as áreas de saúde e assistência social:

- Pacote dos primeiros mil dias – primeira infância, articulação com programas assistenciais e de saúde; formulação e implementação de um programa intersetorial de desenvolvimento infantil nos primeiros 1.000 dias de vida;
- Bolsa de Ensino Médio – pagamento de remuneração mensal aos alunos da rede pública de Ensino Médio que apresentarem frequência mínima à escola e ganhos crescentes no desempenho escolar;
- Esses programas serão melhor discutidos de forma detalhada mais à frente, no tópico sobre políticas sociais.

5.5 Em relação ao eEnsino Superior:

- Manutenção da gratuidade nas universidades e institutos de ensino federais;
- Manutenção das atuais políticas de cotas e do acesso via ENEM e SISU;
- Aprimoramento do ProUni e FIES;
- Facilitação dos mecanismos para estabelecimento de convênios entre universidades, institutos de pesquisa e empresas públicas e privadas;
- Estímulo à associação entre universidades, institutos de pesquisa e empresas públicas e privadas para projetos de desenvolvimento e aplicação de tecnologias;
- Recuperação da política de bolsas de estudo para a graduação e pós-graduação.



APRIMORAR O SUS PARA MELHORAR O ATENDIMENTO NA SAÚDE

O povo brasileiro, já tão carente de oportunidades e de bons serviços públicos, merece receber o melhor atendimento de saúde possível. Merece e precisa, uma vez que mais de 80% da população, em média, não possui recursos para alternativas fora da saúde pública. A concepção generosa e o desenho do Sistema Único de Saúde (SUS) são exemplares. Ao completar 30 anos de sua criação, o SUS precisa ser fortalecido e aperfeiçoado, em busca de melhores resultados para a população brasileira. É necessário aprimorar a organização, supervisão, avaliação e controle do Sistema, eliminando também, como na Educação, o subfinanciamento causado pela Emenda do Teto de Gastos. Só assim será possível ampliar a qualidade e a resolutividade da atenção primária, que ainda hoje é objeto de insatisfação da população. Outro ponto a ser trabalhado é a redução da espera para os atendimentos ambulatoriais, as consultas especializadas e a realização de exames, bem como a diminuição da espera para as cirurgias eletivas. Para isso, é necessário investir na rede de atendimento, nas campanhas de prevenção e de vacinação, na formação de médicos generalistas, na melhoria dos sistemas de informação, na coordenação entre as diversas esferas de atendimento, incluindo o pacto federativo, e na premiação do bom desempenho.

6.1 Princípios do sistema:

- Reafirmação do SUS como uma política de Estado, universal e que deve ser aprimorada para melhor atender à população;
- Garantia de Acesso, com qualidade, em tempo oportuno;
- Manutenção e aprimoramento de padrões de integralidade da atenção em saúde e equidade no sistema de saúde brasileiro.

6.2 Em relação à estrutura de atendimento:

- Na atenção básica:
 - Aprimoramento da cobertura, de qualidade e resolutiva, de modo universal, dotando-a dos mecanismos para exercer o papel de referência para a organização, funcionamento e avaliação de todo o sistema de saúde;

- Reforço de seu papel enquanto porta de entrada no sistema, de caráter preventivo e de acompanhamento das condições de saúde da população, quando a pessoa não estiver necessitando de algum tratamento específico imediato ou emergencial;
- Criação do Registro Eletrônico de Saúde que registrará o histórico do paciente e facilitará o atendimento do paciente em todas as esferas do SUS;
- Incentivo às ações de promoção da saúde individuais e coletivas que estimulem hábitos saudáveis no âmbito dos postos de saúde.
- Na atenção hospitalar (média e alta complexidade):
 - Criação de Central de regulação para a alocação de leitos e procedimentos, a partir da definição de protocolos de prioridade no atendimento, considerando as diversas especialidades médicas;
 - Estímulo à ampliação da rede de policlínicas através da formação de consórcios em mesorregiões;
 - Redução da fila atual para realização de exames e procedimentos especializados através da compra de procedimentos junto ao setor privado.
- No atendimento emergencial:
 - Ampliação da oferta de atendimento à urgência e emergência, reforçada por meio da constituição de consórcios em mesorregiões e da implementação de regiões de saúde;
- Aprimoramento e sistematização do processo de entrega de remédios;
- Correção dos valores da tabela de procedimentos.

6.3 Aprimoramento do modelo de gestão e desenvolvimento de mecanismos de supervisão, avaliação e controle:

- Aprimoramento da integração entre a atenção básica, hospitalar e emergencial e estímulo à adesão através de uma estrutura de incentivos;
- Equilíbrio nas relações interfederativas e intergestores para uma gestão solidária do SUS;
- Premiação de hospitais e postos de saúde bem avaliados;
- Disseminação de boas práticas e supervisão dos postos e hospitais com pior desempenho pelos profissionais daqueles com melhor desempenho;
- Estruturação de carreira de gestor na área da Saúde, a exemplo do que aconteceu com na área de Infraestrutura;
- Melhoria da infraestrutura nas regiões mais distantes de forma a estimular os profissionais a permanecerem nestas regiões;
- Necessidade de formação de médicos generalistas e reforço do conteúdo geral na formação de todas as especialidades;
- Criação de um Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS;

- Valorização dos Conselhos e Conferências de saúde, de forma a aumentar a participação, a transparência e o controle da sociedade sobre a gestão do SUS.

6.4 Criação de incentivos à melhoria da gestão no atendimento privado por meio dos planos de saúde, através, por exemplo, da adoção dos seguintes instrumentos:

- Critérios de entrada e priorização no atendimento;
- Definição de protocolos com a participação dos profissionais do atendimento médico;
- Verticalização do atendimento;
- Desenvolvimento de sistemas de controle e acompanhamento do histórico dos pacientes.

6.5 Estímulo ao desenvolvimento de tecnologias para o aprimoramento dos serviços de saúde:

- Fortalecimento do Complexo Econômico Industrial da Saúde, incluindo ministérios e órgãos da área de Ciência e Tecnologia, com o estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação em instituições nacionais;
- Aprimoramento do sistema de gestão e incorporação tecnológica no SUS, tanto das tecnologias duras como leves, com atenção especial para o impacto das tecnologias de desenvolvimento acelerado (Inteligência Artificial, TIC, biotecnologia, nanotecnologia etc.), com grande potencial positivo, mas também de efeitos disruptivos sobre o cuidado individual à saúde e às organizações e sistemas de saúde;
- Redução das barreiras impostas pela atual lei de propriedade intelectual, especialmente na proteção de patentes, fazendo uso das flexibilidades do Acordo TRIPS da OMC, como a emissão de licenças compulsórias para a sustentabilidade do direito à saúde, quando necessário.

6.6 Combate intensivo às chamadas arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti* (dengue, zika e chikungunya), pois se constituem, junto com a violência letal, nos maiores problemas de saúde pública enfrentados pela população das grandes cidades brasileiras.

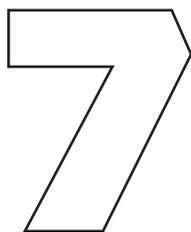
6.7 Reforço à vigilância sanitária, com o aprimoramento das relações inter-federativas no tratamento dessa questão.

6.8 Reforço aos programas bem-sucedidos do SUS – a estratégia de saúde

da família (ESF), o programa de controle de HIV/AIDS, o programa de transplante de órgãos e o sistema nacional de imunização.

- 6.9** Recuperação urgente da cobertura vacinal, atentando para a necessidade premente de evitar uma epidemia de sarampo.

- 6.10** Aproximação entre os gestores do SUS e os operadores do Direito da Saúde na busca de soluções que garantam o direito do cidadão, mas que também reduzam o risco de sustentabilidade do sistema de saúde brasileiro.



COMBATER O CRIME COM INTELIGÊNCIA POLICIAL E PROTEÇÃO AOS JOVENS

O Brasil registrou 62 mil homicídios em 2016. Número equivalente às mortes provocadas pela explosão da bomba nuclear que destruiu a cidade japonesa de Nagasaki em 1945, durante o final da 2ª Guerra Mundial. Com 31,1 assassinatos por 100 mil habitantes, temos hoje uma das mais altas taxas de homicídios do mundo. A verdade é que nos tornamos um país inseguro e violento. Vivemos com medo, seja na cidade grande, seja no pequeno município. Em muitas cidades, chegamos ao ponto em que o crime organizado controla tanto as ruas como os presídios. Mas a solução, como prova o fracasso generalizado da Segurança Pública em todo o Brasil, não é despejar nas ruas ainda mais armas. Quanto mais armas, mais violência e mais mortes. Para mudar esse quadro, proteger a população e conter a criminalidade, é necessário aumentar a presença do Governo Federal na Segurança. As medidas que iremos implementar têm por objetivo desenhar um novo modelo, em que a União participe mais da prevenção e repressão à criminalidade violenta. E isso significa melhorar as formas de financiamento das políticas de segurança, coordenar os esforços dos estados para conter o crime, direcionar as polícias federais para o combate às organizações criminosas violentas, controlar o tráfico de armas e drogas, criar uma Polícia de Fronteiras, organizar os esforços na repressão e prevenção ao homicídio, e implementar um sistema nacional de inteligência em segurança pública. As medidas que iremos implementar têm por objetivo desenhar um novo modelo, em que a União coordene um esforço nacional para a prevenção e repressão à criminalidade violenta. Ao mesmo tempo, como já dissemos, vamos investir maciçamente em educação, em escolas de tempo integral que eduquem e protejam nossa juventude do perigo das ruas, oferecendo-lhes ocupações alternativas e cursos profissionalizantes.

7.1 Objetivos prioritários:

- Investigação e prevenção de homicídios e outros crimes violentos (roubo, estupro, sequestro etc.);
- Enfrentamento às organizações criminosas;
- Controle do tráfico de armas;
- Policiamento nas fronteiras;

- Repressão à lavagem de dinheiro;
- Crimes contra a administração pública.

7.2 Em relação à estrutura necessária para o alcance desses objetivos:

- Implementação da Política Nacional de Segurança Pública e do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), que hoje estabelecem apenas as diretrizes gerais dessa política. Para isso, vamos elaborar, junto com policiais, especialistas, promotores, juízes e sociedade civil, um detalhamento do plano de segurança para aplicação imediata;
- Criação, através de Emenda Constitucional, da Polícia de Fronteiras. Atualmente o órgão responsável por essa atividade é a Polícia Federal, que possui uma estrutura inadequada para essa função. O Brasil tem 16.432 km de fronteira, e para melhorar o policiamento nesse espaço é necessária uma polícia especializada e com efetivo muito maior que o disponível para tal atualmente na PF, complementado por investimentos em tecnologia e ações de inteligência;
- Criação de projeto de Emenda Constitucional (PEC) para institucionalizar a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), incluindo-a no artigo 144 da Constituição como Programa Permanente de Cooperação Federativa;
- Fortalecimento dos quadros da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) através de duas medidas:
 - Criação de um corpo permanente encarregado da administração e logística, de modo a não necessitar alocar os policiais cedidos pelos estados na realização dessas tarefas;
 - Concessão de incentivos aos estados que cedam policiais para os quadros da FNSP por um ano.
- Criação, em estados onde a disputa entre grupos de criminosos provoca maior número de vítimas, de força tarefa constituída de policiais federais, estaduais e promotores, com vistas ao enfrentamento das organizações criminosas;
- Criação, em colaboração com as entidades estaduais do Provita (Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas), de um órgão federal de Proteção a Testemunhas que atenda os casos mais graves envolvendo delatores de organizações criminosas;
- Implementação da Escola Nacional de Segurança Pública, priorizando a capacitação de policiais estaduais para investigação e prevenção dos crimes graves;
- Reforço dos quadros de policiais federais destinados ao enfrentamento das organizações criminosas responsáveis pelo tráfico internacional e local de armas e drogas.

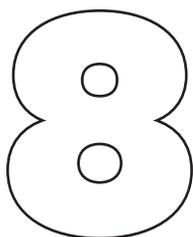
7.3 Em relação ao combate direto ao crime:

- Elaboração e execução de um plano federal para o controle de organizações criminosas nos estados em conflito, começando pelo Rio de Janeiro, e expandindo depois para outros estados;
- Criação de um sistema nacional de inteligência criminal destinado à troca de informações entre as polícias dos estados e as federais sobre organizações criminosas;
- Articulação junto ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de medidas para agilizar a tramitação dos processos e inquéritos de crimes graves, estabelecendo critérios objetivos para as audiências de custódia, acelerando a destruição das armas ilegais e drogas apreendidas e simplificando o inquérito policial;
- Ocupação das vagas ociosas nos Presídios Federais. Atualmente, apenas metade delas está ocupada, enquanto os governos estaduais estão cuidando de inúmeros presos de alta periculosidade, sendo que muitos deles continuam comandando o crime em seus estados;
- Construção de um sistema ágil de investigação sobre lavagem de dinheiro que inclua a Polícia Federal, a Receita Federal e o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras);
- Unificação do cadastro das armas registradas no país, já que atualmente existem dois sistemas separados, um sob a guarda da Polícia Federal (Sinarm) e outro das Forças Armadas (Sigma);
- Criação de um sistema de inteligência sobre armas e munições que consiga rastrear a proveniência das armas ilegais apreendidas, de modo a impedir esse fluxo.

7.4 Estabelecimento de programas para à valorização do profissional de segurança, elaborados juntamente com representantes das categorias de policiais, bombeiros, agentes penitenciários, guardas municipais e representantes de outras carreiras ligadas à atividade de segurança.

7.5 Implementação de medidas para prevenção da violência contra as mulheres, através de parceria com estados e municípios.

7.6 Promoção da prevenção criminal com políticas para os jovens como, por exemplo, a criação de um sistema de acompanhamento do jovem egresso do sistema penitenciário e a inclusão de jovens em áreas de conflito ou moradores de rua em programas profissionalizantes.



CRIAR, MANTER E AMPLIAR OS PROGRAMAS SOCIAIS

Sorte do país que não tem de se preocupar com programas sociais pois a população não precisa deles. Mas este não é o caso do Brasil. Para milhares de famílias, o Bolsa Família é a única garantia de comida na mesa. Com ele, estes brasileiros comem. Sem ele, literalmente passam fome. O que não é nem de longe aceitável para um país que se quer justo e solidário, como nós queremos. Por isso, é importante manter e aprimorar a rede de proteção social aos brasileiros mais desfavorecidos. Os atuais programas, como o Bolsa Família, o Benefício da Prestação Continuada, o ProUni, o sistema de cotas nas universidades e o Farmácia Popular, dentre outros, devem ser mantidos e, na medida das necessidades, ampliados. Devemos também criar novos programas, destinados a faixas específicas da população, como a garantia de renda mínima a partir de determinada idade para os menos favorecidos. Ou como o programa de acompanhamento orientado durante os primeiros 1.000 dias de vida das crianças carentes. E ainda o programa de redução da evasão escolar no Ensino Médio, época em que nossos jovens podem ser tentados pelo apelo do tráfico de drogas, além do programa de acompanhamento dos jovens egressos do sistema prisional. Os programas sociais são importantes para devolver o direito à cidadania aos menos favorecidos através do acesso a uma gama de bens e serviços, públicos ou privados, anteriormente inalcançáveis. Uma política social bem desenhada e executada contribui para distribuir renda aos mais pobres e reduzir a pobreza. Como queremos um país justo e solidário, é importante manter e aprimorar a rede de proteção social aos brasileiros mais desfavorecidos.

Todos os programas sociais que existem atualmente e estão obtendo bons resultados serão mantidos e ampliados na medida das necessidades, como por exemplo o Bolsa Família, o Benefício da Prestação Continuada, o ProUni, o sistema de cotas nas universidades e o Farmácia Popular, dentre outros. Mas precisamos avançar e vamos propor outros programas, em adição aos já existentes. Algumas propostas estão descritas a seguir:

- 8.1** Os primeiros três anos de idade correspondem ao período em que se desenvolvem as estruturas cerebrais para a realização das diversas tarefas inerentes à nossa vida, incluindo as mais complexas. É necessário que

a criança receba estímulos positivos nessa idade para se desenvolver adequadamente. Precisa ser bem nutrida; mais que isso, a gestante também precisa ser bem nutrida e desenvolver uma gestação de boa qualidade. A criança precisa crescer em um ambiente familiar sadio, sem estresses excessivos:

- Portanto, se o Estado deseja que as crianças se tornem adultos satisfeitos e produtivos no futuro, deve investir fortemente no seu desenvolvimento nos anos iniciais de vida, ou melhor, ainda durante a sua gestação;
- Isso requer um programa de atenção à gestante e de acompanhamento do desenvolvimento da criança, inclusive nutricional, no âmbito do Programa Saúde da Família; uma oferta suficiente de creches incluindo a programação de atividades para o desenvolvimento do raciocínio das crianças; um atendimento hospitalar rápido quando necessário e o acompanhamento de assistentes sociais em ambientes sociais e familiares mais vulneráveis.

8.2 Os dados mostram que a evasão de alunos é reduzida no Ensino Fundamental e aumenta substancialmente no Ensino Médio. Em 2016, um em cada cinco jovens entre 14 e 29 anos pertencia ao grupo dos chamados Nem-Nem (não estudam e nem trabalham). Entre 18 e 24 anos, esse percentual chegou a 26%. É uma situação gravíssima e que precisa ser atacada frontalmente. Inúmeros motivos estão listados entre os possíveis, como a necessidade de trabalhar, cuidar de afazeres domésticos ou desinteresse. Ainda que a evasão no Ensino Superior também seja elevada, se as crianças e adolescentes evadirem no Ensino Médio, o ciclo de aprendizado se encerra ali. Por isso, um programa que busque reduzir a evasão no Ensino Médio, e melhorar o desempenho dos alunos, é fundamental para garantir um melhor futuro para o país e as gerações mais novas:

- Vamos criar mecanismos de premiação nas escolas que conseguirem reduzir a evasão de alunos e melhorar o desempenho de seus alunos em exames nacionais; criaremos um programa-piloto que envolva o pagamento de bolsas de estudo aos alunos que tiverem frequência mínima e melhorarem seu desempenho ao longo do tempo e, se o piloto for bem-sucedido, iremos estendê-lo aos poucos para a rede de Ensino Médio;
- As vagas nas creches devem atender a toda a população que necessita desse serviço, mas deve ser priorizado o atendimento às jovens mães que se encontram em condições mais vulneráveis e necessitam trabalhar e/ou estudar.

8.3 Sabemos que, dentro desse grupo de Nem-Nem, estamos perdendo muitos jovens para a criminalidade, com a falta de perspectivas de crescimento e geração de empregos, entre outros problemas que geram essa situação. É muito triste para um país vivenciar esse cenário, com uma parcela importante de nossa geração se associando a atividades ilícitas. Precisamos evitar o prolongamento desse quadro e, para isso, esperamos que a estratégia nacional de desenvolvimento, que inclui políticas econômicas e sociais, consiga dar esperança e emprego aos jovens:

- Mas há aqueles que entraram no sistema prisional e necessitamos recuperá-los. Precisa haver uma porta de saída, uma esperança para eles, quando saem do sistema prisional. Do contrário, o risco de eles voltarem a exercer atividades ilícitas é elevado; é prejudicial a eles próprios e à sociedade. Assim, urge que tenhamos um programa específico para reintegrá-los à sociedade de forma ética. Ações vinculadas de educação, assistência social e políticas de emprego serão criadas no âmbito de um programa de acompanhamento para esse grupo dos jovens egressos do sistema prisional;
- Também criaremos programas profissionalizantes específicos para a inclusão de jovens em áreas de conflito ou moradores de rua no mercado de trabalho.



A CULTURA COMO AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

A Cultura terá um papel estratégico na afirmação da nossa identidade nacional. Nossa ideia é incentivar a política cultural para além do mecenato. Queremos deslocar o conceito de cultura para um dos eixos centrais do nosso Projeto Nacional de Desenvolvimento, porque aqui está onde se afirma a identidade nacional, que hoje está gravemente ameaçada, não só por hábitos de consumo, mas também por uma estética internacional que tem repercussões práticas na própria felicidade das pessoas. Se antes as pessoas buscavam sua felicidade no amor, na compaixão, na solidariedade, na poesia, na boemia, na insurgência revolucionária da política, ou seja, no ambiente espiritual que é o território da cultura, hoje elas são induzidas a buscar a felicidade, inconscientemente, num consumismo frustrante, porque a única coisa que está globalizada é a informação desse padrão de consumo sofisticado que elas conheceram pela internet. Informação que chega a um garoto na África, no Brasil, nos Estados Unidos, que não têm renda para adquirir aquilo. Isso gera, de um lado, a pirataria, mas também a desesperança, o desencanto e o vale-tudo, porque o garoto, para ter esses elementos simbólicos do sucesso, senha para sua aceitação no seu grupo, acaba presa fácil do narcotráfico, por exemplo. A nossa ideia é que o estímulo à Cultura tenha a ênfase necessária para que o Brasil se reconheça na sua diversidade regional, nas suas diversas expressões tradicionais e históricas, na valorização do patrimônio histórico. Mas também nas novas estéticas, no experimentalismo de vanguarda, de novas linguagens, passando pela culinária, hábitos alimentares, artesanato, artes cênicas, artes plásticas, cinema, audiovisual e a música, naturalmente compreendendo nosso lugar no planeta. Significa dizer que o Ministério da Cultura terá uma missão muito mais central da que tem podido ter nas últimas décadas. Vai precisar de um orçamento compatível com essa necessidade. Pretendemos aperfeiçoar a legislação do mecenato, preocupados em fortalecer expressões artísticas não comerciais, sem desmerecê-las. A oferta de bens e serviços culturais deve ser vista como uma forma de lazer e inclusão social, fortalecimento da cidadania e inclusão econômica, assegurando à juventude alternativas e perspectivas saudáveis e dignas para o seu futuro.

- 9.1** Investimento na democratização do acesso, na fruição e na expansão do consumo de bens e serviços culturais:
- Implementação de políticas que ampliem e popularizem o acesso à cultura e ao lazer, criando espaços de fomento, desenvolvimento e interação, e valorizando os espaços já existentes, principalmente nas periferias;
 - Implementação dos objetivos e estratégias da Política Nacional de Inclusão Digital com vistas a promover a infraestrutura para acesso à internet, com a implantação de banda larga para todos.
- 9.2** Estímulo às manifestações culturais que propiciam a inclusão social e a cultura periférica de rua, como as danças, grafites e slams.
- 9.3** Estímulo às manifestações e à disseminação da cultura afro-brasileira.
- 9.4** Estímulo à produção cultural e criativa de baixo impacto ambiental.
- 9.5** Estímulo às diversas atividades da chamada economia criativa, que vem se constituindo em um importante ramo da atividade econômica e de criação de empregos para os jovens em atividades que contribuem para a melhoria de seu bem-estar.
- 9.6** Preservação e ampliação de nosso patrimônio artístico-cultural.
- 9.7** Estabelecimento de uma política e um marco regulatório para a cultura e as artes no Brasil, de modo a consolidar em um único instrumento legal todos os aspectos regulatórios deste importante setor para a economia brasileira.
- 9.8** Estabelecimento de um sistema federativo de gestão da política cultural, descentralizado, capaz de garantir maior eficiência (evitando sobreposições de funcionários e custos), maior capilaridade, maior adequação às realidades locais e, sobretudo, maior capacidade de cumprir sua missão nacional, evitando a concentração de recursos nos estados e cidades (as capitais do Sudeste) que já concentram a maior parte do investimento privado.
- 9.9** Facilitação e promoção de parcerias, coproduções e mitigação de riscos intrínsecos à produção cultural em todas as suas esferas.
- 9.10** Aperfeiçoamento dos objetivos e alcance da Lei Rouanet, precedido de amplo debate com a classe artística.

10

RESPEITAR A TODOS OS BRASILEIROS

Em um país pobre e desigual como o nosso, ganham importância as práticas afirmativas dirigidas a grupos que, por serem infelizmente discriminados na sociedade, precisam de políticas específicas que reduzam essa discriminação e as decorrentes desigualdades econômica, social e no acesso a oportunidades. Os grupos que serão contemplados nas nossas políticas afirmativas são as mulheres, os negros, as comunidades LGBTI e as pessoas com deficiências. Para dar um exemplo inicial e importante, sem ser suficiente, buscaremos igualar o número de homens e mulheres nas posições de comando no Governo Federal. Além disso, a população negra e parda constitui mais da metade da população brasileira. Diante desse fato, é difícil conceber a possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento sem que o racismo seja denunciado e a igualdade de oportunidades seja alcançada. No que se refere à população LGBTI, não podemos nos furtar do compromisso com a vida e igualdade em direitos dessa população; o mesmo vale em relação às pessoas com deficiência. Por fim, apesar de não serem discriminados da mesma forma que os demais grupos citados, os jovens constituem-se no futuro de qualquer país e encontram-se na fase de sua formação física, intelectual e moral enquanto integrantes da sociedade, e é importante que desenhemos políticas e ações específicas para eles. É preciso desenvolver ações que respeitem as diferenças humanas e a capacidade de reconhecer os direitos civis de todos.

RESPEITO ÀS MULHERES:

10.1 Em um contexto de desvantagem social em diversas das dimensões de poder e direitos, entende-se que é necessária uma atenção especial às mulheres no que diz respeito ao seu papel como foco de políticas públicas. Com uma população em torno de 203 milhões de habitantes, o Brasil registra 6 milhões a mais de mulheres (51,6% do total da população, de acordo com os dados do IBGE). A presença de mulheres aumenta proporcionalmente sobretudo nas idades mais avançadas: enquanto

a esperança de vida das brasileiras é de 79,4, a dos homens é de 72,9 anos. Mais da metade (55,6%) das pessoas abaixo da linha de pobreza são mulheres sem cônjuge com filhos até 14 anos. De acordo com o IBGE, 28,2% das mulheres têm ocupações em tempo parcial (30 horas semanais), enquanto o percentual entre os homens é de 14,1%. Ao mesmo tempo, as mulheres gastam com afazeres domésticos – trabalho não remunerado – 73% de tempo a mais que os homens. Isso, mesmo em um contexto de mais anos de estudo. O rendimento médio delas equivale a $\frac{3}{4}$ do observado para os homens e somente 39% dos cargos gerenciais são ocupados por mulheres.

10.2 Um programa com foco de gênero sinaliza uma mudança de atitude frente aos processos sociais, reconhecendo que a mulheres e homens são atribuídos papéis diferentes na vida cotidiana o que, portanto, geram diferentes necessidades de ação estatal. Políticas para mulheres precisam ser pensadas tanto em um contexto de urgência por exemplo, como o aumento de acesso a creches públicas, assim como tendo em vistas efeitos de mais longo prazo como o fortalecimento de leis e programas que facilitem a inserção das mulheres nos meios produtivos. A autonomia das mulheres, e a melhoria de sua situação no que concerne ao seu status político, social, econômico e de Saúde é uma preocupação fundamental para uma sociedade com vistas ao desenvolvimento pleno. Portanto, propomos uma série de medidas orientadas às políticas de Gênero.

10.3 Em relação à institucionalização das políticas:

- Recriação da Secretaria das Mulheres;
- Restauração e incentivo da realização de conferências de mulheres a nível subnacional e nacional para facilitar o mapeamento dos problemas enfrentados, assim como o desenvolvimento colaborativo de novas políticas públicas;
- Garantia da aplicação efetiva da reserva de 30% das candidaturas para mulheres, estipulada pela lei de cotas;
- Defesa da paridade de mulheres na política;
- Promoção de campanhas com foco no aumento das mulheres no poder político, com vistas ao alcance da paridade;
- Incentivo ao treinamento de mulheres candidatas, com vistas ao alcance da paridade;
- Atuação junto aos órgãos competentes para garantir a segurança das candidatas e eleitas.

10.4 Em relação ao mercado de trabalho:

- Adoção de medidas apropriadas para melhorar a capacidade das mulheres para obter renda para além das ocupações tradicionais, com vistas à autonomia econômica;
- Garantia de acesso igual das mulheres ao mercado de trabalho e aos sistemas de seguridade social;
- Aumento do número de vagas disponíveis em creches, possibilitando que as mães tenham mais tempo para se inserirem no mercado produtivo de forma plena;
- Fortalecimento de programas de qualificação profissional;
- Implementação de programas de microcrédito e treinamento de microempreendimentos com atenção às mulheres;
- Criação de leis e programas que ajudem a proteger as trabalhadoras informais;
- Garantia do cumprimento da lei no caso das trabalhadoras domésticas;
- Garantia do cumprimento da regra que determina a igualdade de salários de homens e mulheres quando na mesma função e mesma carga horária;
- Garantia do cumprimento da proibição de práticas discriminatórias por empregadores contra as mulheres, tais como as baseadas em provas de uso de contraceptivos ou gravidez;
- Garantia do cumprimento das regras que permitem às mulheres combinar os papéis de gravidez, amamentação e criação dos filhos com a participação na força de trabalho.

10.5 Em relação à formação:

- Eliminação do uso de material de ensino e educação estereotipados, que reforçam o papel da mulher como menos apta ao mundo da produção ou mais aptas à esfera doméstica;
- Promoção de programas de liderança entre meninas;
- Ampliação de programas de incentivo para mulheres nas ciências exatas.
- Combate à evasão escolar de adolescentes grávidas, com focos nos estados do Norte e Nordeste, onde esses dados permanecem altos;
- Garantia de alfabetização para mulheres que já passaram da idade escolar tradicional;
- Fortalecimento de programas que combatam as desigualdades de raça/etnia, principalmente no acesso às universidades.

10.6 Em relação à saúde:

- Oferta de educação informativa para atenção à prevenção da gravidez com foco em jovens de ambos os sexos, direcionada ao fortalecimento dos direitos reprodutivos e informações sobre métodos contraceptivos;
- Garantia de condições legais e de recursos para a interrupção da gravidez quando ocorrer de forma legal, combatendo a criminalização das mulheres atendidas nos pontos de atendimento na saúde;
- Combate à violência obstétrica, com o fortalecimento de programas que incentivem o parto natural e a humanização do SUS.

10.7 Em relação à violência:

- Garantia da aplicação e meios para a efetividade da Lei Maria da Penha;
- Incentivo à criação de novas delegacias de atenção à mulher;
- Implementação de políticas públicas de proteção, apoio e atenção às mulheres com a melhoria no atendimento às mulheres em situação de violência;
- Fortalecimento dos programas de treinamento dos profissionais de saúde e da polícia voltados para atender mulheres vítimas de violência;
- Identificação e enfrentamento das violências cometidas contra as mulheres encarceradas, especialmente as grávidas.

RESPEITO AOS AFRODESCENDENTES:

10.8 O Brasil é o país do continente americano que recebeu o maior fluxo de africanos escravizados entre os séculos XVI e XIX. No entanto, passados 130 anos da abolição da escravatura, eles ainda encontram problemas no processo de sua plena integração social e do exercício de seus direitos de cidadania. A explicação para esses entraves está no racismo à moda brasileira e suas ambiguidades. Uma das características desse racismo foi a criação do mito da democracia racial que, além de camuflar as desigualdades raciais e os conflitos latentes, prejudicou o processo de construção da identidade coletiva da população negra e atrasou a discussão na sociedade sobre as reivindicações de políticas de ação afirmativa e reparação. Uma série de medidas estão sendo propostas para eliminar a discriminação a esse grupo da sociedade:

- Garantia de uma política de assistência social na perspectiva de equidade para os segmentos sujeitos a maiores riscos sociais, como a população negra de rua;

- Inclusão da questão da diversidade cultural e religiosa desde a infância, valorizando a história e cultura das diversas etnias africanas;
- Desenvolvimento de ações de políticas públicas para o pleno direito de acesso da população negra à justiça e à cidadania;
- Promoção da sensibilização e capacitação dos profissionais de direito através de fóruns, seminários, palestras e debates abordando temas específicos como discriminação racial e violência sexual contra mulheres afrodescendentes;
- Garantia da adoção de políticas afirmativas por parte de empresas e cooperativas como pré-requisitos ou agregação de pontos de vantagem para as mesmas em processos licitatórios de concorrências públicas, financiamento, subsídios, licenças ou avais em geral; o mecanismo também deve se aplicar a empresas que contratarem jovens negros em conflito com a lei e que estejam cumprindo medidas sócioeducativas;
- Implantação das convenções 100, 101 e 169 da Organização Internacional do Trabalho no que concerne à discriminação em matéria de emprego, salário e profissão;
- Aprimoramento dos mecanismos de fiscalização contra as práticas de assédio sexual e discriminação racial na ocupação de vagas no mercado de trabalho;
- Instituição de mecanismos de controle social do uso depreciativo de imagem de mulheres negras nos meios de comunicação;
- Garantia da implementação e execução do Plano Nacional de Políticas para as mulheres negras;
- Fornecimento de material pedagógico adequado para tratamento da questão racial nas escolas, ampliando o acervo das bibliotecas escolares e colocando ao alcance dos alunos a formação correta e não preconceituosa sobre os grupos étnicos raciais discriminados;
- Fortalecimento do diálogo federativo em relação ao plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicos raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana;
- Manutenção do ingresso da juventude negra em todas as universidades públicas através do sistema de cotas, assegurando via ações afirmativas a sua permanência nas instituições de ensino;
- Expansão do acesso das populações de áreas remanescentes de quilombos, comunidades rurais, ciganas e indígenas às escolas profissionais de ensino técnico;
- Promoção de ações de políticas de segurança pública que atuem contra a escalada de violência policial em nosso país, buscando a preservação da vida e cidadania da juventude negra;

- Ampliação do Plano Juventude Viva, fortalecendo o diálogo com as polícias e o sistema de justiça para uma nova concepção de identificação e abordagem dos cidadãos, eliminando o racismo institucional e o preconceito geracional;
- Fortalecimento e ampliação do PRONASCI- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, em seu recorte étnico racial, denominado projeto Farol, considerando e priorizando intensificar as ações nas regiões de maior vulnerabilidade social conforme IDH- Índice de Desenvolvimento Humano;
- Capacitação de profissionais de saúde com humanização do atendimento de modo a coibir a xenofobia e discriminação acerca de doenças relativas à população negra;
- Celeridade dos processos de titularização das áreas das populações remanescentes de quilombos, dando apoio de infraestrutura, econômica e tecnológica a programas locais de educação e saúde, além de saneamento básico e água potável;
- Garantia do uso das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos a sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à subsistência da comunidade, à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer;
- Fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), incentivando a adesão de estados e municípios;
- Estímulo à criação de secretarias de promoção da igualdade racial no âmbito dos estados e municípios;
- Desenvolvimento e garantia de recursos para projetos sociais que resgatem a cultura negra, utilizando todas as linguagens de artes;
- Incentivo à criação de corredores culturais e de intercâmbio entre as comunidades remanescentes de quilombos;
- Realização de ações educativas na mídia que tratem da diversidade racial e ressaltem que o racismo é crime;
- Organização de campanha nacional de valorização das contribuições civilizatórias, culturais e tecnológicas da população de matriz africana.

RESPEITO À POPULAÇÃO LGBTI:

10.9 Não podemos nos furtar do compromisso com a vida e igualdade em direitos dessa população. É preciso desenvolver ações que harmonizem a convivência da população para o convívio respeitoso com as diferenças humanas e a capacidade de reconhecer os direitos civis de todos:

- Criação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT com representantes estaduais, assim como uma Secretaria Nacional de Políticas Públicas para a

Cidadania da população LGBTI, incluindo o amparo à seguridade de trabalho, emprego e renda à população LGBT e de ações afirmativas de combate à discriminação institucional de empresas e no ambiente de trabalho;

- Garantia da promoção da cidadania LGBTI, por um país para todas e todos, com respeito às diversidades humanas, sem exceção;
- Implementação efetiva do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTI;
- Respeito ao Termo de Compromisso com a Aliança Nacional LGBTI+ e parceiras, tentando cumprir com máximo esforço suas propostas;
- Criação de meios para coibir ou obstar os crimes LGBTIfóbicos, definindo suas características, equiparando aos crimes por racismo, injúria e feminicídio, cada qual com sua especificidade;
- Reestruturação, ampliação, fortalecimento do Disk Direitos Humanos (Disk 100);
- Realização de investimentos nas Universidades Públicas Federais para ampliação de programas de ações afirmativas, assistência estudantil e permanência;
- Inclusão do combate a toda forma de preconceito, seja ele por raça, etnia, sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero no Plano Nacional de Educação;
- Desenho de plano de ações e metas para diminuir a discriminação nas escolas e a evasão escolar;
- Articulação e apoio à aprovação do Estatuto das Famílias e do Estatuto da Diversidade;
- Garantia e ampliação da oferta de tratamentos e serviços de saúde para que atendam às necessidades especiais da população LGBT no SUS e suas especificidades, assim como o acolhimento dessa população em sua melhor idade (acima dos 60 anos);
- Consideração das transversalidades da população LGBTI e suas vulnerabilidades, tais como: situação de refúgio, conviventes com HIV/AIDS, LGBTIs negros e negras, em situação de rua, dentre outras, fomentando a ampliação das políticas públicas existentes e criação de políticas públicas de proteção e acolhimento à essas especificidades;
- Fomento à aprovação dos Projetos de Lei em tramitação que visam à equiparação do casamento civil igualitário, assim como a Lei de Identidade de Gênero conhecida como Lei João W. Nery em consonância com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) de número 4277 e 4275, respectivamente, votadas pelo pleno Supremo Tribunal Federal.

RESPEITO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

10.10 Também precisamos eliminar a discriminação e a acessibilidade e mobilidade das pessoas com deficiência. Assim, um conjunto de ações se faz necessário:

- Garantir a implementação da LBI - Lei Brasileira de Inclusão;
- Construção de ações para consolidar a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho;
- Promoção de ações de assistência integral à saúde;
- Eliminação de restrições de acessibilidade e mobilidade em geral;
- Integração das pessoas com deficiência às atividades de ensino direcionadas aos demais grupos sociais em todas as escolas;
- Criação de Centros de Referência nas principais macrorregiões para reabilitação e tratamento de Pessoas com Deficiência;
- Criação de uma Rede Federal (ou fomentar isso através dos IFCE's ou Universidades Federais) de formação e treinamento de professores e profissionais que atendam, nas escolas públicas e privadas, crianças e jovens com deficiência, aí incluídos em especial o TEA (transtorno do espectro autista), Síndrome de Down, Braille e Língua Brasileira de Sinais;
- Eliminação da impossibilidade de retorno ao exercício de atividade remunerada por parte de pessoas que recebam auxílios vinculados à ocorrência de alguma deficiência, mais especificamente o Benefício de Prestação Continuada.

RESPEITO À JUVENTUDE:

10.11 Os jovens necessitam de política específicas para o seu desenvolvimento e sua transformação em cidadãos plenos. Vamos a elas:

- Em relação à participação na sociedade:
 - Implementação de espaços e mecanismos que ampliem a participação da juventude nos temas da gestão pública relacionados a ela e a sociedade, bem como à promoção de uma maior transparência e participação social;
 - Estímulo à participação do jovem no planejamento nacional e elaboração das legislações orçamentárias, por meio do fortalecimento dos Conselhos de Juventude.
- Em relação à Educação:
 - Cumprimento e endosso às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE), visando à elevação da escolaridade, erradicação do analfabetismo, redução da evasão e maior qualidade da educação pública;
 - Garantia da implementação da lei 11645/08, que torna obrigatório o ensino

de história e cultura afro-brasileira e africana, bem como incluir importantes debates que versem sobre diversidade sexual, gênero, igualdade, justiça social e liberdade, de modo a garantir a democratização e humanização das escolas;

- Garantia do atendimento universal à educação infantil e participação direta na criação e ampliação de espaços de formação profissional e tecnológica gratuita, na cidade e no campo.

■ Em relação ao trabalho:

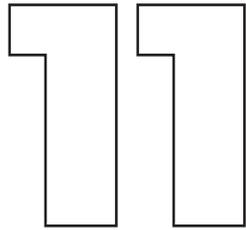
- Criação e ampliação de programas públicos de inserção juvenil no mercado formal de trabalho para enfrentar o desemprego e subemprego de forma produtiva, adequadamente remunerada, viabilizando uma vida digna, a conciliação entre estudos e trabalho e a ampliação da rede de proteção social;
- Oferta de aprendizado profissionalizante para que os jovens tenham uma melhor inserção no mercado;
- Fortalecimento dos empreendimentos e coletivos de juventude da agricultura familiar, pesca artesanal e demais atividades produtivas do campo e da cidade, bem como, incentivo à formação de novos coletivos visando à promoção da economia solidária como estratégia para garantia do bem viver, do trabalho digno e da renda para a juventude.

■ Em relação ao acesso ao esporte e lazer:

- Desenvolvimento de programas de incentivo ao esporte, como iniciativas regionais e o Bolsa Atleta;
- Implementação e qualificação do esporte nas escolas como ferramenta de entretenimento e amparo dos jovens estudantes;
- Promoção facilitada do acesso à cidade e espaços de lazer para que os jovens possam viver a cidade em sua plenitude.

■ Em relação à Segurança:

- Fortalecimento do Plano Juventude Viva e suas propostas de diminuição radical da letalidade da polícia, buscando o real compromisso dos estados com sua implementação;
- Recusa às propostas de redução da maioria penal e cumprimento efetivo do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude;
- Construção de políticas de enfrentamento à homofobia, lesbofobia e transfobia;
- Fortalecimento de políticas e programas de atenção às jovens mulheres em situação de vulnerabilidade.



COMBATER A CORRUPÇÃO

A corrupção, infelizmente, é uma praga da política brasileira e como tal deve ser duramente combatida. Somos contrários a qualquer atitude ilícita e condenamos as práticas corruptas e os desvios de conduta na função pública. Defendemos o fortalecimento dos mecanismos de transparência e do chamado controle social, bem como os órgãos que fiscalizam o setor público, como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Somos favoráveis também ao mecanismo do acordo de leniência com empresas envolvidas em casos de corrupção, pois ele é a maneira mais saudável de separar o joio do trigo, punindo os dirigentes e funcionários implicados em práticas ilícitas, mas preservando as empresas e os empregos daqueles que não têm envolvimento com corrupção. No Governo, a corrupção deve ser enfrentada com o exemplo e a vigilância permanentes. A seguir, apresentamos algumas das medidas que adotaremos para o combate à corrupção, aumento da transparência e do controle social.

- 11.1** Todos que aceitarem trabalhar em nossa equipe assinarão um manual de decência e de responsabilidade com o dinheiro público, que é dinheiro do povo. Em caso de qualquer acusação ou denúncia específica fundamentada, o Ministro ou ocupante de cargo de confiança se afastará voluntariamente da posição e pedirá uma apuração independente, sem prejuízo das investigações dos órgãos competentes. Atestada a inocência, retornará ao exercício da função; havendo indícios concretos de irregularidades, será afastado definitivamente.
- 11.2** Redução dos atuais entraves burocráticos aos acordos de leniência.
- 11.3** Ampliação da transparência e controle social da administração pública, com a ajuda do governo eletrônico, de modo a facilitar o acesso da população a dados e informações em todos os sites e portais do Governo.
- 11.4** Maior participação da sociedade na orientação e acompanhamento da execução das políticas públicas.

- 11.5** Aperfeiçoamento dos mecanismos de responsabilização e de combate à corrupção e ao mau uso dos recursos públicos.
- 11.6** Criação de um Sistema de Controle Interno unificado para toda a Federação, integrando funções e a atuação da Controladoria Geral da União e das Controladorias Estaduais e Municipais.
- 11.7** Instituição de mecanismos de controle social ativo e integrado com relação às organizações que são responsáveis pela defesa do patrimônio público (Controladoria Geral da União, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União, Ministério Público, etc.).
- 11.8** Criação de auditorias de equidade, voltadas a avaliar especificamente se os serviços públicos tratam o cidadão de forma equânime e justa.
- 11.9** Criação de unidade de controladoria no Poder Legislativo.
- 11.10** Criação de unidades anticorrupção *ad hoc* em grandes obras, com controle social.
- 11.11** Integração de todas as bases de dados referentes a cadastros de beneficiários e demais questões de transparência (como a lista do trabalho escravo) em um mesmo site, como o Portal da Transparência.
- 11.12** Conversão das informações governamentais úteis ao controle social à linguagem cidadã.
- 11.13** Instituição de “Agentes da Cidadania” em comunidades locais afetadas por políticas federais, voltados a multiplicar conhecimento em controle social.

12

DEFESA, POLÍTICA EXTERIOR E SOBERANIA NACIONAL

Um projeto nacional de desenvolvimento calcado em democratização de oportunidades e capacitações e rico em inovações institucionais tem como contrapartida a construção da soberania nacional. O projeto externo abre espaço para o sucesso do projeto interno. Os instrumentos fundamentais e gêmeos do projeto externo são a defesa e a política exterior. Já o resguardo da soberania nacional ultrapassa os limites da defesa e da política exterior; inclui também, por exemplo, o controle nacional de nossos recursos naturais estratégicos. O Brasil ascende no mundo sem imperar. É o mais pacífico dos países de dimensão continental. Por isso mesmo, sofremos a tentação de menosprezar nossa defesa. Precisamos poder dizer não aos que quiserem nos negar condições para desenvolvimento nacional soberano. Não nos convém viver num mundo em que só os meigos estão desarmados. Nossa orientação pacífica não nos exime de nos defender.

12.1 SOBERANIA NACIONAL:

- Um projeto nacional de desenvolvimento baseado na democratização de oportunidades e capacitações e rico em inovações institucionais tem como contrapartida a construção da soberania nacional;
- Esta inclui, além da defesa e da política exterior, o controle nacional de nossos recursos naturais estratégicos, como as fontes de energia (petróleo, gás e o sistema hídrico, por exemplo);
- Vamos reafirmar o compromisso com a Estratégia Nacional de Defesa já promulgada. O complexo industrial de defesa terá o objetivo de desenvolver tecnologia de vanguarda não apenas para preservar nossa soberania, mas também para propiciar inovações que serão utilizadas pelo restante do setor produtivo;
- Também não toleraremos a compra por estrangeiros de ativos que compõem ou apoiam nosso complexo industrial de defesa;
- Para manter o controle de nossos recursos naturais estratégicos, todos os campos de petróleo brasileiro vendidos ao exterior pelo Governo Temer após a revogação da Lei de Partilha serão recomprados, com as devidas indenizações;

- O mesmo se dará com relação à Eletrobras e à Embraer, caso a venda de ambas seja efetivada;
- Nenhum país soberano entrega seu regime de águas para o controle estrangeiro. Igual ocorre com o petróleo;
- Não há nenhuma razão nacional brasileira - estratégica, econômica ou energética - que justifique a venda das nossas reservas ao exterior ou a pressa em explorar e produzir o nosso petróleo.

12.2 DEFESA:

- Como presidente do Brasil, Ciro Gomes proporá ao país um debate a respeito da conveniência de elevar a proporção do PIB dedicada à defesa. Para que se sustente ao longo do tempo, o compromisso de investir na defesa deve granjear amplo apoio nacional ao invés de resultar de decisão unilateral do Executivo.;
- Reafirmação do compromisso de manter, cumprir e aperfeiçoar a Estratégia Nacional de Defesa, promulgada em 18 de dezembro de 2008;
- Prosseguimento na diretriz, formulada na END, de aprofundar monitoramento, mobilidade e flexibilidade como marcas de nossa defesa;
- Construção de cultura militar organizada em torno de capacitações mais do que em torno de hipóteses de emprego das Forças Armadas;
- Não basta que cada força contenha uma vanguarda ultra-flexível; cada força precisa toda ela virar vanguarda:
 - Na força terrestre, isso significará a qualificação tecnológica e operacional a partir do módulo brigada;
 - Na força naval, o emprego de espectro amplo de plataformas (de superfície, submarinas e aéreas) para atender à responsabilidade prioritária de nossa Marinha de Guerra: negar a qualquer inimigo acesso a nosso território e a nossas águas territoriais;
 - Na força aérea, a capacidade para manter superioridade aérea, quando não supremacia aérea, sobre nosso território e para projetar poder, em caso de necessidade, por meio de operações geoestratégicas.
- Reafirmação do compromisso com o caça Gripen NG, com o submarino de propulsão nuclear e com a nova geração de blindados e armamentos do Exército;
- Suprimento de nossa lacuna em matéria de artilharia antiaérea de médio e longo alcances (sistemas de mísseis), em coordenação com iniciativas espaciais;
- As parcerias com países estrangeiros ficarão condicionadas a sua utilidade para nossa qualificação tecnológica: preferiremos aprender fazendo e fabricando a comprar plataformas prontas;

- O complexo industrial de defesa será encarado e desenvolvido como manancial de vanguardismo tecnológico. Deve-se reconhecer a dualidade civil e militar de tecnologias de ponta:
 - A parte estatal deste complexo, sob a condução das Forças Armadas, cuidará para unir pesquisa avançada à produção avançada;
 - Para a parte privada, será criado regime jurídico especial que dispense as indústrias privadas de defesa do regime geral de licitações em troca da manutenção de voz decisiva do Estado nos planos destas empresas;
 - Não toleraremos a compra por estrangeiros de ativos que compõem ou apoiam nosso complexo industrial de defesa.
- Haverá atenção especial para os setores cibernético, espacial e nuclear, por serem vitais para o futuro de nossa defesa e de nossa economia;
- Desenvolvimento de nossas capacitações em matéria de ciência e tecnologia nucleares para que a renúncia ao emprego militar da energia nuclear resulte sempre de decisão soberana da nação, não de incapacidade tecnológica e científica;
- Prosseguimento dos programas de satélites, veículos lançadores e combustíveis de propulsão;
- Estabelecimento, junto com empresas privadas, de um programa nacional de inteligência artificial;
- Desenvolvimento de nosso potencial de inteligência e contra inteligência, superação de nossa dependência dos Estados Unidos nas comunicações com o resto do mundo e criação de condições iniciais para prover às Forças Armadas uma alternativa ao GPS norte-americano;
- O emprego do Exército em operações internas será sempre excepcional e suplementar, com prioridade para a defesa de nossas fronteiras.

12.3 POLÍTICA EXTERIOR:

- A política exterior, por sua vez, precisa servir a nossos interesses e a nossos valores, possibilitando ampliar, através de um projeto nacional de desenvolvimento, nosso espaço nas negociações políticas e comerciais globais, incluindo aquelas que se referem a mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável. Os acordos comerciais precisam priorizar o acesso a novas tecnologias e mercados, ajudando-nos a desenvolver a produção de bens e serviços mais sofisticados;
- Engajamento de todo o Governo e toda a Nação na construção da política de comércio exterior. Ação diplomática não se confunde com formulação de política exterior, que é tarefa de todo o país e de seu governo. Política exterior é ramo da política, não do comércio: nossos pleitos comerciais têm melhor

perspectiva de prosperar à luz de posicionamento consequente no mundo. Política exterior há de servir aos interesses e valores reais da nação, não à busca de protagonismo e prestígio. Deve subordinar o vistoso ao importante;

- Uma potência emergente como o Brasil há de reconciliar o fortalecimento de nossa posição dentro da ordem mundial existente com a busca de outra ordem mundial, em colaboração com nossos parceiros e amigos. O Brasil é necessariamente potência revisionista: não se contenta com uma ordem global que estreita a margem para os experimentos e as inovações institucionais exigidos pelo projeto nacional de desenvolvimento;
- A política exterior deve ser mais do que independente; ela deve ser transformadora;
- Defesa do máximo de abertura econômica e cultural no mundo com o mínimo de restrição a tais inovações e experimentos;
- Busca da governança global sem governo global, com o reconhecimento de que o instrumento mais poderoso a desenvolver são as coalizões entre países: sejam regionais (como o Mercosul e a União Sul-Americana), de países com determinadas semelhanças (como os BRICS) ou de propósito específico (como os tratados a respeito de mudança de clima);
- Reanimação de nosso projeto sul-americano: a União da América do Sul no desdobramento de estratégia compartilhada de desenvolvimento voltada para a qualificação da produção, para a reindustrialização no rumo da economia do conhecimento (inclusive na agregação de valor a atividades extrativas e agropecuárias) e para a democratização das oportunidades e capacitações:
 - Este esforço deve caminhar para a instalação de cadeias produtivas que atravessem fronteiras na América do Sul;
 - Deve propiciar colaboração direta não só entre os governos centrais de cada país, mas também entre os governos de nossos estados federados limítrofes e os governos dos estados fronteiriços de nossos vizinhos;
 - Dentro do Mercosul deve-se dispor a aprofundar o livre comércio sem excluir a flexibilização circunstancial da união aduaneira;
 - E deve trabalhar contra a instalação de bases militares de potências externas a nosso continente sul-americano;
 - Cabe ao Brasil desempenhar liderança natural na América do Sul, mas evitar atos e gestos de hegemonia. Devemos agir com compreensão dos problemas criados para nossos vizinhos por nossa superioridade de tamanho e força;
 - Procuraremos envolver todos os países sul-americanos, dentro e fora do Mercosul, numa teia cada vez mais densa de trocas comerciais, parcerias produtivas e tecnológicas, colaborações em defesa e circulação de estudantes, pesquisadores e ideias;
 - A união sul-americana não será artifício proposto, muito menos imposto,

pelo Brasil; será o resultado cumulativo deste engajamento recíproco das repúblicas sul-americanas;

- O Brasil zelará para que a união a construir exija de todos seus participantes compromisso com a democracia e respeito pelos direitos humanos.

■ Fortalecimento de nossa relação com os Estados Unidos:

- Em relação às grandes empresas norte-americanas, inclusive as de economia digital, insistir em produção de vanguarda e em parcerias capacitadoras com nossas empresas e organizações públicas;
- Em relação ao governo dos Estados Unidos, construir pauta que, ao aprofundar o comércio bilateral, ultrapasse a agenda comercial e construa, entre governos, empresas e universidades;
- Iniciativas exemplares serão focadas em inovação produtiva, científica e tecnológica;
- Para poder construir tais parcerias com os Estados Unidos, o Brasil precisa ganhar independência dos Estados Unidos em tecnologias de comunicação e defesa. Para ser parceiro, não pode ser protetorado.

■ Desenvolvimento e reconstrução de nossa relação com a China, condicionando o avanço da presença chinesa no Brasil à colaboração com nosso governo e nossas empresas na qualificação produtiva e tecnológica, inclusive de nossa agricultura, pecuária e mineração;

■ Recusa à relação neocolonial, quer com a China quer com os Estados Unidos;

■ Inadmissibilidade de um processo de endividamento com a China, público ou privado, que acabe por comprometer nossa soberania:

- Um dos melhores instrumentos que temos para trabalhar pela revisão da ordem atual do mundo é o movimento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), complementado pelo movimento IBAS (Índia, Brasil, África do Sul);
- Mais que compartilhar preocupações, estes movimentos conjugados podem desenvolver iniciativas comuns que contribuam ao desenvolvimento de nossos países e ampliem no mundo o espaço para centros múltiplos de poder, trajetórias alternativas de crescimento e experiências divergentes de civilização;
- Ao Brasil, caberá presidir os BRICS em 2019 e neste mesmo ano indicar o novo presidente do Banco dos BRICS.

■ Atuação para o desenvolvimento de agenda da reforma da ordem mundial do comércio que deixe de condicionar a participação nesta ordem a uma forma restritiva da economia de mercado (excludente de parcerias estratégicas entre governos e empresas e de regimes alternativos de propriedade intelectual);

■ Desenvolvimento de agenda de reforma da ordem monetária global que crie condições para ultrapassar o dólar como moeda-reserva do mundo;

- Desenvolvimento de agenda de reforma da ordem de segurança no mundo que constranja as grandes potências no uso unilateral da força armada;
- Priorização, nos acordos bilaterais e multilaterais de comércio, de nosso acesso aos meios de qualificação produtiva e tecnológica. Cada acordo deve servir ao objetivo de colocar o Brasil no rumo da economia do conhecimento não só na manufatura avançada, mas também nos serviços intelectualmente densos e na agricultura de precisão;
- Aproveitamento do papel desbravador que o Brasil pode desempenhar na elaboração de acordos internacionais a respeito de mudança de clima e desenvolvimento sustentável;
- Reconstrução de nossa relação com a África em bases generosas que façam justiça à condição do Brasil como maior país africano fora da África e que deixem de atrelar nossa política africana aos interesses de empreiteiras;
- Valorização do excepcional recurso nacional de nosso serviço diplomático para assegurar a nossos diplomatas os instrumentos e as condições de que precisam para atuar em prol do Brasil;
- Atuação junto ao Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, na construção de nossa política exterior;
- Estímulo ao debate nacional a respeito de nossa posição no mundo, trazendo a política exterior para o centro da vida pública brasileira.



PDT

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
SAFS, Quadra 2, Lote 3, Brasília, DF